



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LUIZ HENRIQUE DA SILVA

**A REELEIÇÃO DE VEREADORES EVANGÉLICOS EM BELÉM DE 1992 A
2008: CONEXÃO, REGRA DO JOGO E COMUNICAÇÃO COM AS BASES**

Belém
2011

LUIZ HENRIQUE DA SILVA

A REELEIÇÃO DE VEREADORES EVANGÉLICOS EM BELÉM DE 1992 A 2008: CONEXÃO, REGRA DO JOGO E COMUNICAÇÃO COM AS BASES

Projeto de Dissertação de Mestrado apresentado ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do Título de Mestre no Curso de Mestrado em Ciência Política.

Orientador. Prof. Dr. Edir Veiga Siqueira.

**Belém
2011**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Silva, Luiz Henrique da

A reeleição de vereadores evangélicos em Belém de 1992 a 2008: conexão, regra do jogo e comunicação com as bases / Luiz Henrique da Silva ; Orientador, Edir Veiga Siqueira. - 2011.

95 f. : il. ; 29 cm
Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência política, Belém, 2011.

1. Eleições municipais – Belém (PA). 2. Vereadores – Belém (PA). 3. Partidos políticos – Belém (PA). 4. Igreja. I. Siqueira, Edir Veiga, orientador. II. Título.

CDD – 22 ed. 324.98115

LUIZ HENRIQUE DA SILVA

A REELEIÇÃO DE VEREADORES EVANGÉLICOS EM BELÉM DE 1992 A 2008: CONEXÃO, REGRA DO JOGO E COMUNICAÇÃO COM AS BASES

Projeto de Dissertação de Mestrado apresentado ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do Título de Mestre no Curso de Mestrado em Ciência Política.

Orientador. Prof. Dr. Edir Veiga Siqueira.

Aprovada em: ___/___/___

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Edir Veiga Siqueira
Orientador – PPGPC/UFPA

Prof. Dr.Dr. Manuel Alves
Examinador Externo – PPGPC/UFPA

Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza
Membro Titular – PPGPC/UFPA

Belém
2011

Dedico a Deus e a minha família
pela inspiração e paciência ao
longo desta trajetória do
conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de modo direto ou indireto a todos que contribuíram para a realização deste trabalho. Em especial agradeço ao orientador Dr. Edir Veiga pelas orientações importantíssimas para a execução desta Dissertação, sem a qual se tornaria inviável. Agradeço ainda aos professores do mestrado que de forma clara e objetiva contribuíram para o meu crescimento intelectual, em especial, ao Dr. Celso Vaz, Dr. Roberto Correa, Dr. Carlos Augusto e ao Dr. Manuel Alves, examinador externo, pelas relevantes contribuições e a Deus pela sabedoria que me deu.

RESUMO

Em 2004 foram eleitos os vereadores que compunham a Câmara Municipal de Belém, tendo sido ocupadas às vagas deixadas por aqueles que não se reelegeram. Esse quadro da reeleição possibilitou a afirmação e fortalecimento de partidos políticos que, por vários mandatos, permanecem com representação política e assento no Parlamento Municipal. É o caso do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) entre outros. Esse grupo político tem estado representado no Parlamento municipal por um longo período ininterrupto. O campeão de renovação de mandato é o Vereador Pastor Paulo Queiroz da IEQ (Igreja do Evangelho Quadrangular) que está no seu quarto mandato. Em seguida, vem o Vereador Pastor Raul Batista da IURD (Igreja Universal do Reino de Deus) que está no seu terceiro mandato e o Vereador Iran Moraes da AD (Assembleia de Deus) que está no seu terceiro mandato. O ponto de partida da pesquisa, parte dos pressupostos sugeridos por Pereira e Rennó (2001) e sustentado por Downs (1958) de que, o objetivo central de um político é a busca de reeleição. Anthony Downs considera que o indivíduo dentro da sua racionalidade, tem a capacidade de interpretar as suas escolhas dentro de uma lógica de alternativas possíveis. Ele não se deixa ser seduzido pelos movimentos dos candidatos, mas, faz a sua escolha dentro das alternativas que se apresenta, mas mantém as escolhas racionais. Percebe-se que ao longo dos anos, os parlamentares evangélicos têm demonstrado maior força em algumas denominações em se manter no parlamento para vários mandatos. É o caso dos parlamentares da Igreja do Evangelho Quadrangular, Adventista do Sétimo Dia, Universal do reino de Deus, Assembleia de Deus. O processo de renovação contínua de mandato é baseado no apoio das lideranças e nos serviços prestados aos seguimentos internos das Igrejas.

Palavras-chave: igreja. Evangélicos. Reeleição. Líderes. Conexão. Sistema eleitoral.

ABSTRACT

In 2004 was elected the councilors who composed the Municipality of Bethlehem, having been occupied the vacancies left by those who were not reelected. This framework allowed the reelection of affirmation and strengthening of political parties, for several mandates, political representation and remain with seat in Parliament Hall. This is the case of the Workers Party (PT), the Brazilian Democratic Movement Party (PMDB), the Party of Brazilian Social Democracy (PSDB), Brazilian Labor Party (PTB) among others. This group has been represented in Parliament Hall for a long uninterrupted period. The champion is the renewal of mandate Councilman Paul Pastor Queiroz of IEQ (Foursquare Gospel Church) who is in his fourth term. Then comes the Cllr Baptist Pastor Raul UCKG (Universal Church of the Kingdom of God) who is in his third term and Councilman Iran Moraes of AD (Assembly of God) who is in his third term. The starting point of the research, part of the conditions suggested by Pereira and Renno (2001) and supported by Downs (1958) that the central goal of a politician is to seek reelection. Anthony Downs believes that the individual within their rationality, has the ability to interpret their choices within a logic of possible alternatives. He does not let himself be seduced by the movements of the candidates, but makes his choice within the alternative that presents itself but retains the rational choices. It is noticed that over the years, lawmakers evangelicals have shown greater strength in some denominations to remain in parliament for several terms. This is the case of parliamentarians of the Foursquare Gospel Church, Seventh Day Adventist, the Universal Kingdom of God, Assembly of God. The process of continuous renewal of mandate is based on leadership support and services provided to internal segments of Churches.

Keywords: Church. Evangelical. Reelection. Leaders. Connection. Electoral system.

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Utiliza os meios de comunicação para divulgar a sua atuação.....	68
Gráfico 2-	Utiliza Meios Institucionais da Câmara Municipal Para Divulgar a Sua Atuação?.....	69
Gráfico 3-	Mantém Assessoria de Comunicação?.....	69
Gráfico 4-	Produção de Material Fora do Período Eleitoral.....	70
Gráfico 5-	Qual A Periodicidade?.....	70
Gráfico 6-	Que tipo?.....	71
Gráfico 7-	Nos temas polêmicos, qual o seu posicionamento?.....	71
Gráfico 8-	Posicionamento é de acordo com o partido ?.....	72
Gráfico 9-	Procura saber a opinião do eleitor e da igreja nos temas polêmicos?.....	72
Gráfico 10-	Nesses temas, segue a sua própria opinião.....	73
Gráfico 11-	Qual é sua atuação para buscar verbas públicas para o município?.....	73
Gráfico 12-	Quanto ao financiamento de sua campanha, o senhor acredita que o mais rentável [...].....	74
Gráfico 13-	O que o senhor atribui a sua reeleição.....	75
Gráfico 14-	De Reeleição Dos Vereadores De 1992 A 2008.....	76

LITAS DE QUADROS

Quadro 1-	Vereadores de 2008 com 06 Vereadores Evangélicos.....	86
Quando 2-	Vereador e sua produção Legislativa nos mandatos.....	86
Quando 3-	Câmara de vereadores em 2004 possuía 33 cadeiras com os..... vereadores evangélicos	86
Quando 4-	Vereadores Evangélicos, Partido E Igreja.....	87
Quando 5-	Participação na mesa diretora ou em cargos de liderança (número de vezes).....	87
Quando 6-	Reeleição dos vereadores de Belém 33 vereadores 1992-1994.....	87
Quando 7-	Reeleição dos vereadores de Belém 33 vereadores 1996-2000.....	88
Quadro 8-	Reeleição dos vereadores de Belém 33 vereadores 2000- 2004.....	88
Quadro 9-	Reeleição dos vereadores de Belém 33 vereadores 2004 – 2008.....	88

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD	Assembleia de Deus
CMB	Câmara Municipal de Belém
EBF	Escola Bíblica de Férias
IA	Igreja Adventista
IEQ	Igreja do Evangelho Quadrangular
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
PL	Projetos de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSBD	Partido da Social Democracia Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 ASPECTOS CONCEPTUAIS, TEÓRICOS DA CONEXÃO ELEITORAL E REELEIÇÃO.....	17
3 SISTEMA ELEITORAL E A ESCOLHA DOS CANDITADOS NAS IGREJAS.....	32
4 ATUAÇÃO DOS VEREADORES EVANGÉLICOS E NÃO EVANGÉLICOS NO PARLAMENTO DE BELÉM.....	40
4.1 VEREADOR EVERALDO MOREIRA (IEQ) – 1989 A 2008 – EVANGÉLICO.....	40
4.2 ORIVALDO PINHEIRO. 1992 – 2008 – EVANGÉLICO.....	42
4.3 VEREADOR PAULO QUEIROZ (PSDB) 1996- 2008 – EVANGÉLICO.....	44
4.4 VEREADOR IRAN MORAES – 2000 A 2008 – EVANGÉLICO.....	46
4.5 VEREADOR PASTOR RAUL BATISTA – 2000 A 2008 - EVANGÉLICO.	48
4.6. VEREADOR BISPO ANTONIO ROCHA. 2004 A 2008 – REELEITO EM 2008. EVANGÉLICO.....	51
4.7 VER. CARLOS AUGUSTO BARBOSA – 1988 A 1996 – 2005 A 2008 – NÃO EVANGÉLICO.....	52
4.8 VER. RAIMUNDO CASTRO – 1992 A 2008 – NÃO EVANGÉLICO.....	53
4.9 VEREADOR SAID XERFAN 2001 A 2008 – NÃO EVANGÉLICO.....	55
5 A MÍDIA COMO INSTRUMENTO DE DIVULGAÇÃO POLÍTICA.....	56
5.1 A CONEXÃO POLÍTICA COM A IGREJA.....	60
5.2 O VEREADOR ORIVALDO PINHEIRO.....	62
5.3 AO COMPARAR A ATUAÇÃO DO VEREADOR PASTOR EVEREALDO MOREIRA.....	63
5.4 NÃO É DIFERENTE A ATUAÇÃO DO VEREADOR PAULO QUEIROZ	64
5.5 OS VEREADORES RAUL BATISTA E BISPO ROCHA.....	64
6 POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO E ORIENTAÇÃO RELIGIOSA.....	66
7 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PARLAMENTARES REELEITOS.....	68

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	82
ANEXOS.....	85

1 INTRODUÇÃO

Em 2004 foram eleitos os vereadores que compunham a Câmara Municipal de Belém, tendo sido ocupadas às vagas deixadas por aqueles que não se reelegeram. Esse quadro da reeleição possibilitou a afirmação e fortalecimento de partidos políticos que, por vários mandatos, permanecem com representação política e assento no Parlamento Municipal. É o caso do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) entre outros.

Cada Partido, dentro de suas especificidades, demonstrou a capacidade articulada de se manter com representatividade por um longo período legislativo. Nesse quadro representativo, figura a do parlamentar que, bem articulado com seu partido e sua base, consegue se reeleger para mais um mandato parlamentar. Nesse sentido, o processo do instituto da reeleição ad infinito, garantido legalmente, permite que os seus membros possam desenvolver suas atividades legislativas sem a preocupação de ter interrompido, no aspecto legal, o seu mandato ao seu término de quatro anos. Entre algumas categorias, se encontram os parlamentares evangélicos. Esse grupo político tem estado representado no Parlamento municipal por um longo período ininterrupto. O campeão de renovação de mandato é o Vereador Pastor Paulo Queiroz da Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) que está no seu quarto mandato. Em seguida, vem o Vereador Pastor Raul Batista da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) que está no seu terceiro mandato e o Vereador Iran Moraes da Assembleia de Deus (AD) que está no seu terceiro mandato. Esse trabalho busca apresentar as razões que levam esses parlamentares a permanecerem por um longo período no mandato mesmo havendo, no Parlamento Municipal, uma forte renovação de quadros representativos. Mostrar-se-á os parlamentares que possuem um longo período no Parlamento. Buscar-se-á, antes de trazer à tona a problemática, apresentar quem são os legisladores constantemente reeleitos, tratar da estrutura da Câmara Municipal de Belém (CMB), da distribuição de cargos na Mesa Diretora e da produção legislativa que tenha ligação com a reeleição dos vereadores. Nesse sentido, é fundamental, ainda, descrever a dinâmica política da relação parlamento-executivo, da questão partidária e do processo eleitoral, para estabelecer a relação do instituto da reeleição e perceber o panorama de composição e, a partir daí, vislumbrar as respostas às perguntas acima mencionadas. A pesquisa documental nos anais da CMB possibilitará traçar o perfil dos vereadores evangélicos,

suas origens, suas bases eleitorais, suas atuações políticas dentro do Parlamento e suas relações com a Administração Municipal. Importa detectar, neste trabalho, como agem junto ao eleitorado os vereadores reeleitos, objetos deste levantamento, e também, localizar elementos que justifiquem seu sucesso eleitoral, quer como representante do seguimento evangélico quer atuando na representação institucional no Parlamento, quer ocupando cargos-chave na estrutura do Legislativo Municipal ou apresentando boa atuação na mídia. Considera-se, ainda, que os parlamentares demonstrem reunir mais de um ou todos esses requisitos citados.

Não serão trabalhadas as questões estruturais devido à limitação desse trabalho, os motivos que levam os eleitores a repetir seus votos nesses parlamentares. Levantar-se-á a atuação desses parlamentares junto às suas Denominações e analisar-se-á o comportamento dos referidos vereadores diante de questões importantes para o seu segmento político e para a sociedade em geral. Dessa forma, permitirá mensurar a opção dos eleitores na escolha do seu candidato e a sufragar os seus votos neles. Há ainda, a possibilidade de se perceber se esses vereadores possuem um comportamento nos posicionamentos relacionados aos interesses dos seus eleitores ou ¹denominação. Na literatura que foi pesquisada, não se encontrou teoria específica que trate do comportamento dos parlamentares e o elemento que possibilitou sua reeleição. É possível que, do decurso desse trabalho e sua análise, surja o desejo por estudos posteriores a respeito da atuação dos parlamentares evangélicos e sua permanência prolongada no parlamento. Foi utilizado no grau de comparação, para compreender a dimensão dessa pesquisa, o número de cinco vereadores evangélicos.

Será feita a verificação da Bancada Evangélica na CMB a partir da Eleição de 1992 até 2008. Serão feitos levantamentos dos dados junto à CMB quanto aos candidatos Evangélicos que se reelegeram nesse período além de suas produções legislativas, levantamentos junto às Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Universal do Reino de Deus em Belém para identificar os Candidatos eleitos e reeleitos pelas mesmas. E, com o objetivo de trazer ao debate sobre a conexão eleitoral uma dimensão pouco explorada pela literatura, também será efetuada a análise da produção legislativa, quando o eleito representa ou pertence a algum grupo setorial socialmente identificável.

¹ Denominação: Termo usado para designar a que instituição religiosa pertence o Parlamentar.

O que se pretende é verificar se a representação de um grupo garante que políticas sejam propostas com o objetivo de agradá-lo. Baseado na busca de informação e teorização do assunto fundamentará o trabalho nas discussões sobre reeleição do Cientista Político norte-americano David Mayhew, como afirma

Nesse sentido, é importante considerar a teoria da conexão eleitoral, do norte - americano David Mathew, uma vez que trata exatamente da questão da reeleição, num país com algumas características similares às brasileiras, do ponto de vista do processo eleitoral e político. Embora no Brasil não se aplique o voto distrital (caso norte-americano para eleição da *House of Representatives*), um dos elementos importantes na teoria de Mayhew, pretende este estudo detectar se outros componentes enquadram-se no caso brasileiro, como a publicidade, busca de crédito e tomada de posição. (COSTA, 2007,).

Também é observado no trabalho de Lúcio Rennó, em seu artigo “o que o reeleito tem” que os elementos utilizados pelos parlamentares, tanto na esfera federal quanto na municipal, se assemelham:

Nosso argumento é que o sistema político brasileiro cria incentivos para que os eleitores se preocupem mais com os benefícios locais do que com a *performance* nacional dos seus representantes, o que faz com que a participação dos parlamentares no âmbito nacional, principalmente na Câmara dos Deputados, seja orientada pela busca de benefícios que possam ser utilizados no plano local, como forma de alcançar maiores retornos eleitorais (PEREIRA; RENNÓ, 2001,)

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi necessária uma pesquisa nos anais da Câmara dos Vereadores, com o objetivo de identificar os parlamentares que possuíssem mais de dois mandatos, tendo sido reconduzidos sucessivamente e logrado êxito nas eleições de 2004. Para embasar as reflexões acerca da reeleição de parlamentares no Brasil, opta-se pelo estudo de Mayhew. O autor demonstra através da observação, elementos que possibilitaram aos parlamentares americanos buscarem a reeleição e a afirmação política no cenário nacional, estadual além do seu distrito. É certo que essa modalidade não existe no sistema eleitoral brasileiro, mas, sua perspectiva leva ao parlamentar buscar sua reeleição. No Brasil, essa teoria pode ser observada através da política distributiva (Pork Barrel) que mais se assemelha à busca da reeleição, estabelecendo o vínculo da política do favorecimento.

Far-se-á um contraponto entre a teoria de Mayhew e autores brasileiros que têm publicações ou trabalhos acadêmicos sobre o assunto. Um questionário elaborado com base nas atividades consideradas relevantes para reeleição constitui ferramenta

norteadora das análises do panorama municipal, quando se questiona procedimentos relacionados ao mandato, tais como: de que forma o vereador reeleito divulga a atuação do seu mandato parlamentar? De que maneira se posiciona para demonstrar seu pensamento, quando a Câmara dos Vereadores discute matérias polêmicas? Qual seu posicionamento político/ideológico? Como se movimenta na busca de verbas para políticas públicas em seu Município ou para suas bases? E, por fim, indaga qual o grau de importância atribuída por ele ao trabalho desenvolvido durante todo o mandato?

2 ASPECTOS CONCEPTUAIS, TEÓRICOS DA CONEXÃO ELEITORAL E REELEIÇÃO

No livro “O que é política?”, Wolfgang Leo Maar compara a disputa de grupos sociais ao poder como um uma briga entre eles para subir ao palco de um espetáculo musical. O grupo social que consegue este objetivo ainda precisa fazer o resto da sociedade, simbolizada como a plateia, dançar conforme o interesse dos “músicos”. As reações da plateia variam conforme o desempenho dos diligentes do palco. Às vezes, o público os aplaude em sua quase totalidade, obtendo apenas a reprovação de uma pequena minoria, o que não impede que os músicos continuem tocando, mas também, há momentos em que a plateia os critica, desaprovando o desempenho desses músicos, obrigando-os a mudar a música, os instrumentos musicais ou até mesmo a substituição dos músicos.

O autor, nesta comparação, tinha como objetivo exemplificar as disputas políticas entre classes sociais e as relações entre a classe política dominante perante a sociedade em geral. Apesar da ótica de Wolfgang ser bem ampla, podemos compará-la também com o processo de reeleição dos candidatos a um cargo publico administrativo, seja municipal, estadual ou federal. Pois após determinado candidato vencer a “briga” para se apresentar no “palco”, ele precisa seduzir a sociedade com sua “música” para continuar tocando no “palco”. Sua permanência no poder depende do seu desempenho.

Mas é claro que o processo de manutenção de um político no poder é algo bem mais complexo de ser analisado, pois neste processo de “sedução” do público, há inúmeras formas que os “músicos” utilizam para manter o agrado da platéia. Para um candidato ser reeleito, ele se utiliza de vários artifícios que o mantêm no cargo público.

A análise das políticas de reeleição do congresso norte-americano do autor David R. Mayhew pode ser uma fonte de estudo para se pesquisar sobre as estratégias do parlamentar em se manter no poder, Mayhew inicia seu trabalho expondo uma citação de um senador norte-americano.

No Congresso tem se travado uma batalha para a sobrevivência individual. Cada um dos congressistas e cada um dos senadores possuem o seguinte pensamento: "Eu tenho que olhar para mim mesmo" Se você se lembrar do melhor ano em que você esteve no Exército foi aquele que você “nunca se ofereceu como voluntário” Isto se aplica ao Congresso, e por isso temos muito poucos voluntários. A maioria deles está disposta a seguir apenas as coisas que irá protegê-los e dar-lhes a coloração que lhes permite misturar em seus respectivos distritos ou seus respectivos estados. Se

you não arriscar o pescoço, você não entendeu as cortadas. -Senador William B. Saxbe (R., Ohio (MAYHEW, 1973, p12, grifo nosso).

Pelo discurso do senador exposto por Mayhew, percebemos que a maioria dos congressistas norte-americanos no decorrer de seus mandatos, segue políticas públicas das quais beneficiam sua própria consolidação no poder. A questão da reeleição dos políticos do congresso, principal objeto de estudo do autor, é visto como um interesse político do congressista, onde ele estrutura todas as suas políticas públicas tendo como objetivo a sua reeleição.

O cargo apresenta suas vantagens. Segundo Mayhew “o Congresso é como um conjunto de políticos profissionais girando fora da carreira política. O trabalho oferece boa remuneração e prestígio. Por isso, não há falta de candidatos para ele. “Busca de uma carreira bem sucedida requer contínua reeleição” (MAYHEW, p15, 1973, grifo nosso). O trecho nos aponta desejo individualista dos parlamentares do congresso em se reelegerem, do que um desejo de se manter no poder visando uma melhoria para a sociedade.

Assim David Mayhew trabalha a chamada Teoria da conexão, como aborda os estudos de Ivanete de Araújo Costa onde a autora ao interpretar a obra de Mayhew, diz que, segundo esse autor, a teoria consiste na ideia de que o parlamentar desenvolve seu trabalho tendo como principal objetivo a reeleição. De tal forma que toda sua prática política vise tão somente à permanência no poder. (COSTA, 2007, p.13).

Mas o próprio David Mayhew se mostra cauteloso quanto à afirmação do senador. Ele procura analisar melhor os políticos para não expor uma ideia generalizante da qual afirma que todos os políticos visam à reeleição, segundo Mayhew, há vários congressistas norte-americanos que se mantêm no cargo e optam por passar o mandato a outro candidato e assim manter a rotatividade parlamentar. Mas apesar do desejo da reeleição não ser aderido por todos, Mayhew diz que o candidato com interesse na reeleição tem crescido se comparado com o século passado, e hoje é uma grande quantidade de congressistas que busca esse objetivo. (MAYHEW, 1973, p.14). A reeleição não é necessariamente a ideia que molda o desempenho parlamentar do político (pode haver casos em que isso ocorra, variando de candidato a candidato). Mas, na maioria dos casos é um fator de influência nas ações políticas dos candidatos.

Apesar dos estudos de David Mayhew referir-se a uma realidade política com algumas diferenças da nossa, podemos comparar o fenômeno social da reeleição dos congressistas norte-americanos com os casos de reeleição dos políticos brasileiros, ao

começar por essa característica apontada por Mayhew com relação aos parlamentares que enfocam sua carreira política na sua continuidade do poder. Os estudos de Lucas Novaes e Enlison Mattos retratam as políticas públicas feitas por prefeitos na área da saúde, sendo que esses são chefes executivos que objetivam a reeleição. Através da análise de estatísticas do desempenho eleitoral de mais de 3.000 prefeitos, percebemos características em comum da ação parlamentar destes com a teoria de David Mayhew. Pois os prefeitos reeleitos, segundo os autores, procuravam gastar mais na área da Saúde em seu primeiro mandato justamente visando sua reeleição. Diferentemente dos prefeitos dos quais não iriam se reeleger que se preocupavam menos em gastar nessa área, mostrando certo desleixo com as necessidades da população, a não ser, nos casos em que o candidato com mais chances a se eleger na próxima eleição seja do mesmo partido deste político que não visa ser reeleito.

No artigo de Sérgio Naruhiko Sakurai e Naércio Aquino Menezes Filho sobre a relação entre as políticas fiscais e a reeleição, se percebe também a reeleição como um fator de influência no desempenho do chefe executivo, assim como nos estudos de Novaes e Mattos, também se percebe neste artigo um maior investimento da economia do estado nas obras públicas, agradando assim, a população e aumentando as chances da reeleição.

É notável através do trabalho destes autores o jogo de interesse dos políticos com relação à sua reeleição, ao percebermos que a possibilidade de ser reeleito influencia as ações do chefe executivo, o que embasaria a Teoria da conexão, mostrando o interesse do governante de ser reeleito para interferir nas suas obras públicas.

Nos estudos de Dalmo Abreu Dallari sobre teoria geral do estado, é relatadas as análises dos filósofos gregos com relação ao papel do governante. Sua tarefa deveria consistir em administrar o estado visando o bem comum da população, percebemos através da análise da reeleição feita por David Mayhew que esta prática pode desviar o objetivo primordial do chefe executivo, fazendo-o estruturar seu governo para uma ambição própria de se manter no poder. Segundo Schumpeter, (1984) na sua obra seminal em 1940, há muito inexistente empiricamente a ideia de bem comum, devido à característica imposta pela revolução científica e industrial. A discussão da compatibilidade entre auto-interesses versus interesses públicos, as políticas públicas são instrumentalizadas para a reeleição.

Um estratagema bastante discutido por David Mayhew do qual o parlamentar se utiliza para se manter no poder é a publicidade, como o autor afirma em sua obra:

Uma atividade é a publicidade, aqui definido como qualquer esforço para divulgar o nome de alguém entre os constituintes de tal modo como que, para criar uma imagem favorável, mas em mensagens com conteúdo pouco ou com nenhum problema. Um congressista de sucesso constrói o que equivale a uma marca, que pode ter um valor generalizado eleitoral para outros políticos da mesma família. As qualidades pessoais para enfatizar são conhecimento, experiência, agilidade, a preocupação, a sinceridade, a independência, e assim por diante. (MAYHEW, 1974, p. 58)

Nos estudos de Ivanete de Araujo Costa, ela expõe a visão de Mayhew com relação à publicidade é necessária para o político. Segundo a autora, o sistema publicitário na teoria de Mayhew seria como o meio de manter sempre vivo o elo entre o eleitor e seu representante. Mostra-se sempre uma imagem positiva do político, focando em suas qualidades tanto pessoais quanto profissionais (COSTA, 2007, p. 14).

A mídia é um fator primordial para este processo, uma aliada importante do político. Nos estudos de Ivanete Costa, são analisados os trabalhos de Carlos Pereira e Lúcio Rennó em seu artigo “O que é que o reeleito tem? Dinâmicas Político-Institucionais e Nacionais nas Eleições de 1988 para a Câmara dos Deputados”, os autores analisam as diferentes estratégias eleitorais adotadas por membros da câmara dos deputados nas eleições de 1988, onde os ganhos eleitorais desses parlamentares poderiam ser resultado de estratégias eleitorais feitas a nível local e nacional. (COSTA, 2007, p.17). Para conseguir êxito em seu objetivo de reeleição, é necessário que o deputado utilize a mídia para divulgar os seus feitos políticos a nível nacional.

Carlos Pereira e Lúcio Rennó não descartam a possibilidade de reeleição dos parlamentares que adotam estratégias nacionais, porém avaliam que suas chances são menores. Entretanto, para terem sucesso deverão buscar um meio de estar sempre na mídia, com a necessidade de criar fatos que agucem o interesse, levando em conta que tais fatos têm de estar ligados com sua base eleitoral. Do contrário, não surtirão efeito. (COSTA, 2007, p.18).

Ivanete Costa estudou cinco parlamentares reeleitos da câmara dos deputados e percebeu que a publicidade era fundamental para a reeleição. A importância do sistema publicitário se mostrou ainda mais clara ao perceber as suas estreitas relações com as empresas de comunicação.

David Mayhew também mostrou em sua obra a importância da mídia para a eficácia da reeleição dos parlamentares norte-americanos.

Eu estava olhando para meu filme, TV Hoje, que eu faço semanalmente desde que eu estive aqui e que estava atrás de mim, o deputado X. Posso

jurar que ele nunca tinha feito um programa de TV antes em sua vida. Ele só ganhou por algumas centenas de votos da última vez. Agora ele tem um programa de televisão semanal. Se ele tivesse feito isso antes, ele não teria tido qualquer problema. (MAYHEW, 1974, p 57.)

Através do relato deste congressista podemos perceber a importância da mídia televisiva para se ganhar uma disputa eleitoral, mostrando que um programa semanal na TV faria o candidato ganhar a eleição com mais facilidade.

A revista de comunicação FACOM, feita pelo curso de comunicação social da faculdade FAAP, analisou o jornalismo e a propaganda na campanha da reeleição do candidato Fernando Henrique Cardoso nas eleições, a revista chama a atenção ao um ícone muito utilizado na campanha do candidato, o símbolo da mão levantada. A “mão” simbolizava um chamado do candidato aos expectadores para estes aderirem suas promessas e propostas, este símbolo da mão foi posto em diversos momentos da campanha, sempre passando essa mesma mensagem.

A solução para o principal problema que o país enfrentava na época, o desemprego, só poderia vir com a reeleição de FHC, através das propostas concretas que incluíam: o programa “Meu Primeiro Emprego”, a prioridade para a pequena e média empresa e mais dinheiro para a qualificação de trabalhadores. O candidato prometeu treinar e qualificar dezessete milhões de trabalhadores. FHC também utilizou de uma tática que os marketeiros políticos chamam “vacina”, ao deixar claro que desemprego era um problema mundial, para tentar se eximir de qualquer tipo de responsabilidade ou contra atacar os adversários que poderiam tentar culpá-lo pelo problema.

Assim percebemos a importância da publicidade da qual David Mayhew chamou a atenção em sua obra, os políticos brasileiros costumam se utilizar deste artifício como uma tática fundamental de reeleição.

O desempenho do político a nível local parece ter um maior peso para a conquista de eleitores. Segundo Costa (2007, p. 17), a distribuição de benefícios às demandas locais pode causar melhor resultado para a reeleição do candidato que seu desempenho legislativo.

Através desta política em território local, podemos enxergar claramente um outro elemento da teoria da conexão de David Mayhew do qual podemos perceber na política brasileira, a busca de crédito. Como o autor define:

A segunda atividade pode ser chamado busca do crédito, definida aqui como agir de modo a gerar a crença em um ator político relevante (ou atores) que é pessoalmente responsável por causar o governo, ou alguma unidade do mesmo, para fazer algo que o ator (ou atores) considera desejável. A lógica política deste, a partir do ponto de vista do congressista, é que um ator que acredita que um membro pode fazer coisas agradáveis, sem dúvida, deseja mantê-lo no cargo para que ele possa fazer coisas agradáveis acontecerem no futuro. A ênfase aqui é na realização individual (ao invés de, digamos, partido ou realização governamentais) e da congressista como fazedor (em vez de, digamos, expositor de pontos de vista eleitoral). Alegando que o crédito é muito importante para os congressistas, com a consequência de que grande parte da vida do Congresso é uma busca incansável por oportunidades para praticá-la. (MAYHEW, 1974, p.52-53).

De acordo com Ivanete Costa, a busca de crédito é praticada quando o político está sempre se mostrando como o autor das políticas públicas que são benéficas para a sociedade em geral e tem o reconhecimento dos eleitores. Ivanete nos mostra que a divulgação da informação que indique o feito de um governante ao realizar uma obra pública que atenda aos anseios da população, é mais eficaz para a sua reeleição que apenas a obra feita em si. (COSTA, 2007, p.15).

Podemos ter esta ótica através da análise do trabalho de Felix G. Lopes sobre a política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal, em seus estudos ele se utilizou do município de Araruama como objeto de análise, um pequeno município localizado no Rio de Janeiro. Nesta localidade, os vereadores procuram se dedicar ao trabalho de atendimento aos eleitores, sendo que a maioria desses auxílios é de caráter pessoal. O vereador aqui nesta cidade é visto como alguém que possui autoridade para a distribuição da renda pública, por isso, a população municipal legitima a distribuição de bens públicos mesmo que essa não seja a real função de um vereador. Este é um aspecto relevante da relação vereador-população. A população enxerga vereadores e deputados como realizadores, ou seja, não basta legislar, tem que levar serviços aos bairros. Será que os eleitores dos parlamentares evangélicos se comportam de forma diferente. Eles votam conforme a igreja orienta e, diretamente, banca a reeleição com o apoio centrado. Diga-se de passagem, as Igrejas do Evangelho Quadrangular e Universal do Reino de Deus. Se o vereador não tem ação de base, através de serviços, então podemos inferir que a igreja banca sua reeleição.

O Vereador é, principalmente, uma figura de referência. Ele é a pessoa procurada para qualquer tipo de problema. O Vereador não é visto como o legislador, salvo em raras exceções. [...] A pessoa não olha o Vereador como um parlamentar, o fiscal das atividades administrativas do Poder Executivo, o cara que vai fiscalizar a aplicação das posturas municipais, que vai propor novas regras, novas leis... Na grande maioria das vezes, a grande maioria das

peças olha o Vereador como aquele cara que tem que ser o seu representante ao nível de [sic] resolver os seus problemas pessoais, fruto até do grande problema social que a gente vive (LOPES, p.162).

O vereador neste caso é visto como a figura pública que resolve os problemas sociais por si só, por mais que não seja uma realidade, o próprio vereador de Araruama neste relato constrói essa visão através de suas ações. Mais para frente o Vereador relata que os eleitores pedem “de peruca a remédio”, as pessoas enxergam este político como uma unidade, não enxergam o partido pelos bastidores ou as relações governamentais deste vereador com os outros chefes executivos.

Ivanete Costa nos mostra a vida parlamentar de Henrique Eduardo Alves, um parlamentar que segundo a autora, constantemente indica propostas das quais visam à melhoria da sociedade em geral, consegue utilizar a mídia em seu favor para lhe dar notoriedade política. Ao focar a si próprio como responsável por seu desempenho parlamentar, Henrique Eduardo Alves claramente se utiliza da busca de crédito relatada por Mayhew para benefício próprio em sua trajetória política.

Apesar do modelo político democrático norte-americano se diferenciar da democracia brasileira em determinados aspectos, podemos perceber algumas semelhanças na análise de David Mayhew sobre a reeleição dos congressistas norte-americanos com a realidade eleitoral brasileira, principalmente quando nos voltamos para o estudo de reeleição do Brasil, a teoria de Mayhew nos dá uma boa base para estudar este tema em nosso país.

A democracia é um modelo político analisado pelos estudiosos das ciências humanas desde a antiguidade, muito debatido por filósofos gregos como Sócrates, Aristóteles, os debates evoluíram no decorrer dos séculos, a exemplo de Jean Jacques Rousseau. As idéias desses pensadores se diferenciavam em certos aspectos, mas de maneira geral, a idéia era defender um sistema democrático onde os cidadãos tivessem o poder político para elaborar suas próprias leis e serem submissas a elas.

Os estudos de Nilson Guedes Silva nos apontam a cidade de Atenas como o berço do sistema democrático. Esta cidade grega, segundo o autor, foi o local onde se atingiu o maior desenvolvimento político. Os cidadãos participavam diretamente das assembleias para se decidir os rumos políticos da cidade, ainda sim o autor não descarta a informação dos cidadãos serem compostos pela minoria da população. Deixando a maioria da população daquela sociedade à margem da escolha das decisões políticas.

O sistema político democrático foi se modificando através do tempo, variando sua aplicação de acordo com o sistema social e cultural de cada sociedade. O modelo de democracia que utilizamos atualmente no Brasil provém dessas diversas transformações.

Principalmente a absorção de elementos da democracia liberal, dentre elas, a eleição. Através de eleições a comunidade pode eleger seus representantes e manifestar suas preferências nas diversas propostas apresentadas. (SILVA apud LUNZARGO, 2002, p. 23).

Além disso, precisamos analisar a aplicação de democracia no contexto brasileiro. Pois vivemos em uma sociedade onde os cidadãos, ao contrário de Atenas, são maioria da população, logo, os representantes são decididos em eleições envolvendo a maior parte dos indivíduos da sociedade.

Segundo Nilson Guedes Silva, No artigo 14 de nossa Constituição, todos os brasileiros têm o direito de escolher o seu representante para o poder executivo e legislativo nos âmbitos municipal, estadual e federal. As eleições no Brasil acompanham a dinamicidade da democracia, desde o advento da República no país, o sistema eleitoral sofreu diversas transformações. Eleições que há tempos atrás eram realizadas através de votos públicos, censitários, eleições indiretas, hoje em dia são embasadas no voto secreto e nas eleições diretas.

Quando a eleição é direta, e em um turno, vence o candidato que obtiver o maior número de votos do que qualquer um de seus concorrentes, considerados isoladamente. Quando em dois turnos, caso o número de votos do primeiro colocado não supere a soma dos votos de todos os demais candidatos, em conjunto, os dois candidatos mais votados irão para o segundo turno. Novamente, os eleitores votam no seu candidato e vence o que obtiver o maior número de votos. (SILVA, 2002, p. 25).

Eleito pela maioria da população através do voto, o representante político cumpre seu mandato por um período previamente determinado e legitimado na lei e nesse tempo ele precisa por em prática as promessas feitas em sua campanha eleitoral (SILVA, 2002, p. 25).

Silva também nos aponta para esta outra ótica da reeleição. Um trabalho governamental por um representante do Estado com o principal objetivo de continuar no poder, uma mera ambição política. Através dos estudos de Toqueville citados na análise de Nilson Robson Silva, a intriga e a corrupção são vícios naturais do homem, a

reeleição instiga esses vícios já existentes no governante devido a sua ambição de se manter no poder.

A intriga e a corrupção são vícios naturais aos governos eletivos. Quando, porém, o chefe do Estado pode ser reeleito, tais vícios se estendem indefinidamente e comprometem a própria existência do país. Quando um simples candidato quer vencer pela intriga, as suas manobras não poderiam exercer-se senão sobre um espaço circunscrito. Quando, pelo contrário, o chefe do Estado mesmo se põe em luta, toma emprestada para o seu próprio uso a força do governo. (TOQUEVILLE Apud SILVA, 2002, p.108).

Nos estudos de Dalmo Abreu Dallari sobre teoria geral do Estado, são relatadas as análises dos filósofos gregos com relação ao papel do governante. Sua tarefa deveria consistir em administrar o Estado visando o bem comum da população, percebemos através da análise dos estudiosos citados acima sobre reeleição, que esta prática pode desviar o objetivo primordial do chefe executivo, fazendo-o estruturar seu governo para uma ambição própria de se manter no poder. Mas a reeleição também pode servir de estímulo para esse mesmo governante, fazer um trabalho que atenda as necessidades da população para conseguir se reeleger.

Apesar dos diferentes pontos de vista (positivos ou negativos) com relação à prática da reeleição, os autores concordam entre si o fato de ser um plano político plenamente democrático, pois o candidato só se reelege com a aprovação da maioria da população, independente de seus estratagemas para se manter no poder.

Esses vários estratagemas do governante a reeleição ocorrem nas diferentes esferas do poder, seja federal, estadual ou municipal. Vários estudos nas ciências políticas têm surgido trabalhando as particularidades de governo nessas três divisões territoriais de poder.

De acordo com Celina Sousa, nos anos 80, a América Latina apresentou uma nova fase de democratização, muitos países deste continente adotaram a descentralização política e financeira para os governos estadual e municipal. Os governantes dessas esferas territoriais de menor porte ganharam maior autonomia em suas administrações públicas.

Este fenômeno também pode nos explicar o crescimento de pequenos municípios nas últimas décadas. Apesar dos vários conflitos ocorridos na assembleia para a descentralização ser aprovada, a autora nos mostra que apesar das desvantagens desse modelo, ele contribuiu para o crescimento da democracia, pois agora se aumentou o número de representantes políticos que competem entre si.

Argumento que, embora a decisão de descentralizar o poder político e financeiro, o que gerou um novo federalismo, tenha sido marcada por conflitos, tensões e contradições, ela favoreceu a consolidação da democracia, tendo tornado o Brasil um país mais “federal”, pela emergência de novos atores no cenário político e pela existência de vários centros de poder soberanos que competem entre si. (SOUSA, 2008, p.26).

E nessas últimas décadas de reformulação da democracia também cresce o número de estadistas municipais, dentre eles os Vereadores, políticos que possuem funções executivas e legislativas na administração do estado a nível municipal. Assim como os outros diversos políticos, os vereadores também se utilizam de estratégias para se elegerem e obterem continuidade no poder através das reeleições.

No trabalho de Álvaro Barreto sobre a câmara dos vereadores de Pelotas, nos é mostrado que a maioria dos vereadores consegue se reeleger, de 108 vereadores que tentam a reeleição, 67 deles se reelegem, um percentual que varia entre 62% a 64% (BARRETO, 2009, p.140).

A explicação para essa estatística é explicada no decorrer da análise de Álvaro Barreto, pois os políticos que exerceram o cargo de vereador e possuem grandes chances ou pretensões de ascender a um cargo público de maior escala na carreira política, geralmente abandonam a carreira de vereador para conseguir a posição política que almeja. Dando maiores chances aos vereadores que desejam manter-se neste cargo público. (BARRETO, 2009, p. 141).

Álvaro Barreto também nos indica análises de outros estudiosos que abordam este assunto, onde a falta de interesse dos políticos de continuarem na carreira de vereador ocorrem devido à limitação de acesso aos recursos políticos capazes de proporcionar dividendos eleitorais significativos, o que leva aos governantes procurarem postos com o maior poder político. (BARRETO, 2009, p. 141).

Mas Barreto não deixa de levar em consideração a ótica do cidadão nesse processo de reeleição, ao indicar os estudos de Figueiredo e Limongi, ele alega que o eleitor prefere manter um representante no poder já conhecido, lhe dando mais segurança por já conhecer o trabalho do vereador reeleito, também serve como uma “premiação” dada ao político que decidiu seguir esta carreira política.

Seguindo este caminho, pode se dizer que a grande maioria de vereadores (mais de 80%) procura investir na continuidade da carreira e seja por efetiva valorização do cargo, ou seja por falta de alternativas mais viáveis para

manterem-se nos cargos públicos, a parcela majoritária tem sido recompensada (62 a 64%). Esse fato também mostra o acerto daqueles que buscam a reeleição e a importância da manutenção de vereador para a manutenção do cargo. [...] Esse não é um investimento alheio a riscos; Ao contrário, o índice de insucesso não pode ser considerado desprezível (36 a 38%) (BARRETO, 2009, p.141).

Devido o cargo de vereador não possuir uma visibilidade política tão grande quantos outros cargos, a reeleição, apesar de obter maiores chances de ser concretizada, também não é garantia de vitória, pois temos uma estatística de derrota considerável (36 a 38%). E a perda de reeleição para vereador pode ser um dano irreparável para a carreira do candidato, podendo causar a sua derrocada enquanto aspirante a uma carreira política. (BARRETO, 2009, p. 144).

Fatores sociais e culturais também podem servir como fator decisivo para a reeleição de vereadores, como nos mostra o artigo de Felix G. Lopes sobre um município do interior do Estado do Rio de Janeiro. A começar por seus políticos virem de uma tradição familiar no município, prática apontada na política brasileira desde 1924 (LOPES, 2004, p.154). Nas últimas décadas essa tradição foi se quebrando no município, surgiram políticos eleitos alheios ao vínculo familiar dos políticos tradicionais da cidade, mas ainda sim, a questão da família tradicional ainda se encontra muito forte no município.

Outro caso que chama a atenção como fator de influência para a vitória nas eleições dos vereadores municipais de Araruama (Rio de Janeiro) é a política de “atendimento” feita por eles, onde participantes da Câmara dos Vereadores procuram atender as necessidades de seus eleitores através de uma política mais pessoal, particularista do que a preocupação com os problemas daquela sociedade como um todo, para isso é fortemente praticado o contato face a face entre o eleitor e o representante político (LOPES, 2004, p.156).

As demandas dos eleitores podem incluir remédios, marcação de consultas em hospitais, emprego, dinheiro para pagar contas, passagem de ônibus, material de construção, agilização de processos na administração, abrigos em ponto de ônibus e diversos outros exemplos: “Aqui, pedem da peruca ao remédio. Eu já tive pessoas pedindo instrumentos musicais, dentadura, óculos, olho de vidro, peruca, tijolo, telha, cimento. Pedem tudo. Tudo que bate na cabeça [do eleitor], eles acham que o Vereador tem que atender e é mais fácil vir ao Vereador que ao Prefeito. [...] Com essa carência toda, nós somos os pára-raios (LOPES, 2004, p.163).

As relações pessoais existentes entre eleitor e político são a chave essencial para a aprovação do mandato no município, no estudo de Felix Lopes é relatado essa preocupação dos vereadores em se mostrar sempre amigável e próximo dos eleitores. Homenagens a políticos também são práticas constantes e serve como estratégias de promoção política, a população ao ver determinado político municipal ser constantemente elogiado, o atrai a julgar de forma positiva seu mandato, os vereadores da cidade frequentemente se utilizam dessas artimanhas.

A moção é uma proposição encaminhada ao plenário com o objetivo de exaltar as realizações e qualidades de determinada pessoa ou instituição, ou mesmo uma data comemorativa que seja relevante para essa pessoa ou instituição. Nesse sentido, a moção é utilizada amplamente, por grande parte dos vereadores, como forma de criar, afirmar, renovar ou celebrar laços de amizade ou aliança com membros da administração pública (com quem mantém relações ou pretende manter) e eleitores em potencial. [...] Por trás da honraria está a sempre vislumbra da possibilidade de, por meio do elogio, vincular o homenageado ao Vereador, criando uma dívida moral. “A troca de homenagens é uma das formas de celebrar e sedimentar as relações de acesso” (LOPES, 2004, p. 164).

Quer seja uma política pública errada ou não, se políticos procuram se utilizar de práticas políticas visando apenas a sua continuidade no poder ao invés de uma sincera preocupação com a melhoria de vida da população do município, Felix G. Lopes considera que independente das intenções por trás das ações, os vereadores atendem os anseios da população, o que mostra um forte apoio popular da população de Araruama (Rio de Janeiro) com relação esses governantes. Essa análise da relação dos vereadores com o eleitorado nesta pequena cidade se mostra importante a ser analisada por não ser um caso particular desta, mas um fenômeno comum ocorrido em diversos municípios pequenos no país. As várias Câmaras Municipais são formadas, em sua maioria, por políticos de diferentes partidos que representam as mais variadas classes sociais e grupos políticos que formam, no seu todo, bancadas distintas, às vezes, fundamentadas em ideologias radicais e que mesclam sua formação numa visão, também, religiosa da sociedade.

Diversos municípios no Brasil possuem vereadores fundamentalistas ligados a religião cristã, no artigo de Marcio Martins dos Santos e Grazielle Ramos Schweig, encontramos uma análise das campanhas a reeleição feita por dois pastores da IURD, Valdir Caetano e Almerindo Filho elegeram-se vereadores no ano de 2000, na primeira eleição disputada pelos dois religiosos, a IURD se utilizou de vários cultos e veículos midiáticos para divulgar esses candidatos (SANTOS; SCHWEIG, 2004, p. 86). Já na

reeleição, sua campanha foi realizada de forma diferente, pouco foi citado sobre religião na campanha eleitoral, os candidatos procuravam mostrar o que tinham feito em sua gestão anterior, tanto suas propagandas no horário eleitoral, como a distribuição de panfletos e materiais explicativos das propostas dos pastores eram feitas semelhantes aos outros candidatos sem vinculação direta a outras religiões.

Desta forma, sugerimos que esta vampirização à qual os dois vereadores evangélicos foram submetidos durante seus mandatos culminou numa campanha que em grande medida não se diferenciava daquela dos “políticos laicos”, o que era especialmente visível nos panfletos e nas aparições da televisão. Assim esses agentes iriam se adequando às regras vigentes no campo político, o que lhes propiciaria um maior reconhecimento por parte dos agentes dominantes nesta esfera da realidade social, os chamados “profissionais da política (BORDIEU Apud SANTOS; SCHWEIG, 2004, p.110).

Mas nem todos os fundamentalistas religiosos cristãos parecem se misturar e aderir ao sistema político vigente, nos estudos de Saulo de Tarso sobre os políticos parlamentares da Assembleia de Deus em Belém percebe-se que a identidade dos vereadores como “cristãos” os ajuda em sua campanha eleitoral, como aborda o vereador Orivaldo Pinheiro. Segundo ele, o fato dele ser cristão o faz ser o preferido dos eleitores de sua comunidade, “a gente observa que o cristão, ele é aquela pessoa que tem uma sensibilidade muito grande” diz ele (TARSO, 2002, p.141).

Como estratégia eleitoral na cidade, a Assembleia de Deus criou uma comissão parlamentar com o objetivo de promover um trabalho de educação política e um assessoramento aos parlamentares eleitos visando assim, que a Assembleia de Deus possua o maior número de cadeiras no parlamento, seja de vereadores ou de deputados, um dos principais executivos da comissão, o pastor Sebastião, alega que a Assembleia de Deus tem 80 mil membros em Belém e a Igreja deve utilizar essa força eleitoral para fortalecer o parlamento assembleiano.

Antigamente o povo estava solto, cada membro da igreja votava em quem queria as lideranças não se envolviam nessa questão, porque elas entendiam que naquela altura os candidatos não eram da igreja, eles eram do partido, e hoje não. Hoje a igreja está dando importância a ela própria e ao papel que ela deve ter na vida pública do país. Então, hoje, essa comissão existe para orientar os membros da comunidade, a que fechem fileiras em torno daqueles que venham a ser indicados enquanto membros, para não haver dispersão de votos para fora da comunidade, este é o principal objetivo, trabalhar em comum com os parlamentares (informação verbal)²

² Entrevista feita pelo Vereador Firmino Gouveia, publicada na Tese de Saulo de Tarso, 2002, p.144.

Percebemos aí, tanto o diferencial do vereador fundamentalista quanto o eleitor que vota nestes candidatos, suas motivações são voltadas mais para o objetivo religioso que político, ao contrário dos outros candidatos, o seu inimigo político é outro, o mundo e suas concupiscências. “Sabemos que somos de Deus e que o mundo inteiro jaz no maligno” (1 João 5:19). “A integridade da fé está sendo constantemente ameaçada pelas seduções e tentações da carne e pela corrupção da sociedade” (TARSO, 2002, p.58). Segundo Tarso, “os crentes vivem nesta constante guerra contra o mundo, pois eles o consideram um lugar caótico, governado por Satanás”. Os fundamentalistas declarados são considerados por eles mesmos e por muitos membros da Igreja como eleitos de Deus e pertencentes à “comunidade dos santos”, onde muitas vezes não há lugar nem para outras religiões que professam o cristianismo. (TARSO, 2002, p. 59). Um eleito de uma religião cristã pentecostal detém, segundo os seus fiéis, a posse da verdade absoluta. Os outros estão no erro, seduzidos pela mentira, sem saberem da verdade estão sobre o poder de Satanás, o pai da mentira (TARSO, 2002, p. 65).

Essa personificação do mal é uma característica comum na mitologia cristã, o papel do parlamentar cristão segue o mesmo desafio do fiel da igreja, lutar contra o “maligno” que governa o mundo em geral.

A tendência à exclusividade e a necessidade de definir-se em oposição a alguém ou algo” há uma mobilização coletiva permanente, onde todos sentem que estão com a verdade, lutando contra o erro e a mentira. Segundo o autor, o fundamentalismo religioso é talvez o modo mentalmente mais elevado de viver a militância (TARSO, 2002, p.58).³

O fato de membros da Igreja Assembleia de Deus procurar dar prioridade de voto aos líderes de sua própria igreja, muitas vezes é baseada neste discurso de luta contra o mundo caído em que vivemos. Percebemos o diferencial do vereador fundamentalista até mesmo em sua atuação no parlamento, os vereadores da Assembleia de Deus, possuindo uma visão política religiosa, vão além dos limites partidários, atuando em conjunto com outros vereadores de outras igrejas pentecostais, mesmo que sejam candidatos filiados a diferentes partidos como diz o vereador Sebastião Jorge Macedo:

Agora o voto em bloco é realmente como eu falei, blocos que comprometem a fé! Votos que comprometem a fé, eles estão em blocos mesmo, estão juntos

³ Saulo de Tarso nesta citação ao dizer “segundo o autor” faz referencia a Enzo Pace citado em sua dissertação

mesmo, agora quando é para partido, aí cada um no seu partido (TARSO, 2002, p. 66).

Percebemos assim que os vereadores fundamentalistas cristãos em Belém possuem os votos cristãos como alicerce em sua vitória eleitoral por professarem a mesma fé. Assim como o político ligado à religião cristã poderá “abafar” seu lado religioso em sua campanha como estratégia de angariar votos de outras parcelas da população, como no caso dos pastores de pelotas.

O fato é que os vereadores, assim como outros políticos, se fazem de diversos estratégias para se elegerem e se manterem no poder através da prática da reeleição, os motivos são diversos, variando entre ambições políticas individuais, desejo de melhorias efetivas na sociedade, consolidação de sua fé, dentre outros.

3. SISTEMA ELEITORAL E A ESCOLHA DOS CANDITADOS NAS IGREJAS

O homem, hoje, busca ansiosamente uma saída para os seus problemas que, certamente acontece de maneiras diversas, conforme o seu modo de vida e as circunstâncias em que se encontra. A religião é utilizada pelo homem como maneira clara de relacionar-se com Deus. Usando linguagem própria, através dos símbolos, mitos, rituais, cultos, expressa essa busca como necessidade prioritária na sociedade em que vive.

Em decorrência disso, multiplicam-se cada dia, várias igrejas, seitas e novas formas de cultos, fenômeno estudado por muitos da área da sociologia, antropologia e psicologia. O que ensejou desenvolver linha de pesquisa a respeito dos vereadores das Igrejas Assembleia de Deus, do Evangelho Quadrangular, Universal do Reino de Deus e Adventista do Sétimo Dia, foi à presença constante desses parlamentares no exercício da função pública com vários mandatos (reeleição). O que chama a atenção é como o processo da reeleição é desenvolvido e aplicado dentro da Igreja que dando sustentabilidade para o processo de manutenção do poder. A Igreja se tornou um chamariz para outras candidaturas e que, de forma gradativa, foi se encaminhando para o campo da política, com a participação de seus membros como candidatos aos cargos eletivos, sendo a primeira instituição religiosa de confissão protestante, a entrar para a arena política. O discurso mais utilizado nesse período foi de que Deus os “colocou como cabeça e não como calda” citando um texto da Bíblia, o que deveria influenciar também no campo político-partidário com seus candidatos, sendo a maior instituição evangélica de Belém e por isso, tem a condição de influenciar na escolha dos candidatos por ela apresentados.

Percebe-se o comportamento da igreja durante essas duas décadas desde a promulgação da Constituição de 1988 no campo político e nas escolhas de seus candidatos a vereador em Belém. Não há muitas literaturas que façam a abordagem teórica sobre o assunto específico. Ao trabalhar com literaturas paralelas, elas nos mostram o sistema partidário eleitoral e nos indica a importância dessa abordagem com o estudo da Teoria Política e que isso significa para a consolidação da democracia brasileira. A reeleição é um tema atual, novo, e já atingiu o executivo permitindo presidentes, governadores e prefeitos a terem direito a mais um mandato. A reeleição para o executivo teve início no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o qual concorreu em 1998, sendo reeleito. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva usou do

mesmo direito. Candidatou-se à reeleição em 2006, sendo reeleito. No Parlamento (Legislativo), a reeleição é ad infinito. Cada parlamentar tem o direito de se candidatar quantas vezes assim desejar. É baseado nessa possibilidade que procuraremos compreender as motivações e as articulações que levam ao processo de reeleição de um seguimento importante da sociedade: os evangélicos. Esse seguimento, hoje, tem demonstrado capacidade de articulação e se posicionado com elasticidade nas várias questões que se discute no parlamento.

O segmento social evangélico hoje, já não se pode ser desprezado do ponto de vista político para efeito de estudo da Ciência Política. Sua participação tem sido crescente no cenário político. Identificar a relação de comprometimento dos parlamentares evangélicos com suas Igrejas e comparar suas atuações no parlamento identificando condição de reeleição e seus fatores de influencia ligados às igrejas e se esses fatores religiosos de ligação desestabilizam o processo da reeleição em relação aos demais candidatos não ligados a Igreja evangélica. A literatura sobre o tema conexão eleitoral perpassa por diversos autores, que discorrem por inúmeras teorias que explicam a sistema eleitoral e o sistema partidário brasileiro, sem, no entanto, entrar na abordagem da relação política dos candidatos ou parlamentares específicos evangélicos. Além do que o debate político sobre os efeitos políticos das leis eleitorais é grande e contempla autores como Sartori (1982), Lijphart (1989), Tavares, 1994; Nicolau, 1996; Lipjhart (2003); Duverger (1980), Dallari (2005), Soares in Rennó 2006. SILVA, (2007). Muito desses teóricos tem uma leitura do sistema eleitoral brasileiro que fundamenta o processo decisório na representação política, como afirma:

A representação política é uma relação entre o conjunto dos cidadãos que integram uma comunidade política nacional e os seus representantes, na qual os primeiros, enquanto comitentes e constituintes, autorizam os últimos a tomarem as decisões que obrigam em comum e universalmente a todos, nelas consentindo por antecipação e assumindo, cada um, todas as conseqüências normativas derivadas das decisões do corpo de representantes como se tivessem efetiva e pessoalmente as adotado, e na qual, por outro lado, cada um dos representantes se obriga a tornar efetivos, no corpo legislativo, ao mesmo tempo os valores fundamentais e comuns da ordem política e as concepções particulares acerca do interesse e do bem público daquele conjunto especial de constituintes que, com sua confiança, concorreram para a consecução de seu mandato. (TAVARES, 1994, p.33).

Nas democracias modernas são evidenciados princípios norteadores básicos que identificam esse sistema dos demais como: o sufrágio universal, a participação efetiva dos cidadãos no processo político, nas eleições proporcional, entre outros. O sistema

eleitoral é um eixo principal legal para o estabelecimento das regras que irão regular as eleições nesse país. Nesse sentido, percebeu-se a necessidade de verificar, no parlamento municipal em Belém do Pará, se o instrumento da reeleição dos vereadores se dá através da conexão eleitoral ou não e, dentro dessa conexão, verificar ainda se há uma alta taxa de renovação parlamentar entre os parlamentares evangélicos. Percebe-se que ao longo dos anos, os parlamentares evangélicos têm demonstrado maior força em algumas denominações em se manter no parlamento para vários mandatos. É o caso dos parlamentares da Igreja do Evangelho Quadrangular, Adventista do Sétimo Dia, Universal do reino de Deus, Assembleia de Deus. O processo de renovação contínua de mandato é baseado no apoio das lideranças e nos serviços prestados aos seguimentos internos das Igrejas.

Cada uma dessas instituições possui um processo decisório distinto para a escolha dos seus representantes. Na Igreja do Evangelho Quadrangular, o processo se dá através da reunião de Líderes sob a presidência do ⁴Pastor Josué Bengtson. Se há resistência à escolhas ela se dará informalmente. A decisão é monocrática. Na Assembleia de Deus, escolha dos representantes se dá no Ministério, sob a direção do ⁵Pastor Presidente – Samuel Câmara – é apresentado os candidatos para a sabatina e posteriormente são feita a escolha. A decisão também é monocrática. Há uma comissão parlamentar na Igreja que filtra as pretensões dos candidatos e apresenta aqueles que a liderança quer ou tenha feito algo relevante para a Igreja; é o caso do vereador Iran Moraes que, no exercício do mandato, requereu a inclusão do nome do viaduto da Júlio César como “Viaduto Daniel Berg”, em alusão a um dos fundadores da Igreja Assembléia de Deus em Belém. Na ⁶Igreja Universal a decisão é centralizadora e onipotente. Ela vem de cima para baixo. A decisão é do Bispo Regional. Ele faz as escolhas e determina aos pastores a divulgação e a cobrança aos fiéis do voto. É extremamente organizada e disciplinada nas decisões e nas execuções das tarefas. Na Adventista do Sétimo Dia, não há uma regra definida de determinação. Os pastores explicam a importância do voto e deixam livres seus membros a escolher. Lembra-se da importância da escolha de pessoas do mesmo credo. Diante das ameaças que os Projetos de Leis que tramitam na Câmara dos Deputados, as Igreja estão se organizando na divulgação dos candidatos evangélicos para fazer frente às “ameaças das PLs” (Projetos

⁴ Pastor presidente da Igreja do Evangelho Quadrangular.

⁵ Pastor presidente da Assembleia de Deus de Belém.

⁶ Igreja Universal: denominação e entidade religiosa

de Leis) e solicitam o voto aos candidatos que comungam da mesma fé e ordem. Por outro lado, o sistema eleitoral brasileiro vivencia o pluripartidarismo, característico na atual democracia. No sistema eleitoral brasileiro de lista aberta, não há uma preocupação de fortalecimento do partido apesar de já haver discussão nesse sentido de estabelecer forte presença partidária na composição eleitoral. Sartori afirma: ⁷“**não é apenas o arranjo institucional que exerce influência sobre a maneira como o eleitor vota, mas também o grau de estruturação do sistema partidário**”. Nesse sentido, o sistema proporcional possibilita aos candidatos uma disputa interna entre si, gerando uma enorme dificuldade para o eleitor entender o processo eleitoral, como afirma Maria Tereza Sadek:

O elevado número de candidatos, a coligação no interior de uma mesma legenda partidária, a existência de um variado número de coligações, que podem inclusive variar de um estado para outro, provocam enorme dificuldade para o eleitor de inteligibilidade do processo. O tamanho da circunscrição eleitoral faz também com que sejam muito tênues os vínculos entre os eleitores e o eleitorado. Não há mecanismos através dos quais o representado possa controlar seus representantes (SADEK, 1993, p.13)

É possível identificar nas composições eleitorais através das coligações, as enormes dificuldades quando se percebe que as circunscrições que são do tamanho do Estado. Os candidatos se sentem incapazes de realizarem campanhas e alcançar todo o Estado. São perceptíveis as dificuldades de se fazer uma campanha política nessas proporções levando a fragilidade de relação entre o candidato e o eleitor.

As eleições são instrumentos que legitimam a escolha dos representantes políticos. Os partidos são instituições que representam os competidores à disputa política. É Maurice Duverge a referência sobre a questão da representação política e que apresenta com propriedade uma fundamentação teórica que é seguida por outros pesquisadores. Ele afirma que a representação majoritária de um turno favorece a consolidação de um sistema bipartidário. Na representação majoritária de dois turnos favorece consolidação de um sistema de partidos múltiplos, flexíveis e independentes. Na representação proporcional favorece a consolidação de um sistema de partidos múltiplos, rígidos e independentes. Daí decorre que o sistema partidário, entendido como número de partidos depende do sistema eleitoral, de natureza proporcional ou majoritária.

No Brasil, predomina uma mescla de fórmulas de representação. Alguns cargos são preenchidos em eleições majoritárias em dois turnos, outros em eleições

⁷

Sartori afirma o grau de estruturação do sistema partidário no sistema nacional brasileiro.

majoritárias simples e outros, ainda, são preenchidos em eleições proporcionais. Os sistemas eleitorais influenciam fortemente o número de partidos e, portanto, a natureza da competição no sistema partidário. Além disso, os sistemas eleitorais também afetam as maneiras como os partidos se organizam e funcionam internamente. Para Jairo Nicolau:

Sistema eleitoral é o conjunto de regras que define como em uma eleição o eleitor pode fazer suas escolhas e como os votos são contabilizados para serem transformados em mandatos (cadeiras no Legislativo ou chefia do Executivo). O Sistema Eleitoral não esgota as normas que regulam as leis eleitorais de uma democracia. (NICOLAU, 1996, p.10).

Essa abordagem sobre sistema eleitoral e partidário de certa forma está implícita nas discussões estabelecidas por Duverge quando ela faz a análise do sistema eleitoral apresentando as principais leis sociológicas de Duverge são a mecânica e a psicológica entre outras proposições deste autor. Seus princípios fundamentais podem ser compreendidos da seguinte forma: **Efeito mecânico**: Todo e qualquer sistema eleitoral, em maior ou menor escala, favorecerá os maiores partidos na conversão em assentos eleitorais. **Efeito psicológico**: após sucessivas eleições o efeito mecânico produz nos eleitores desfavorecidos, o ato de não mais votar em partidos excluídos alterando a decisão do voto. Para Sartori, (1996), a repercussão que o sistema eleitoral pode produzir no sistema partidário, não se restringiu às críticas de Hermens (1941). Passou a ser muito discutida depois que Duverger (1917) publicou suas “leis” sociológicas, (mecânicas e psicológicas) logo tornadas célebres. Duverger (1917) afirmou que tais “leis” não são absolutas, mas são certas para explicar o que tem ocorrido no sistema partidário da maioria dos países democráticos, sempre que adotam um determinado tipo de sistema eleitoral. Tem havido, porém, muita crítica às “leis de Duverger”. Dentre outras coisas, tem-se afirmado que ele não formulou adequadamente as relações de causa e efeito e que, na verdade, o que ele apresenta como causa de certos tipos de sistemas partidários não passaria de relações ou correlações; tem-se dito também que seus exemplos de sistemas partidários não são claros e que isso compromete os resultados de suas afirmações, pois ele parece ter adaptado, em muitas situações, os fatos à teoria, e não o inverso (SARTORI, 1998).

O sistema de representação proporcional no Brasil é utilizado para o preenchimento das cadeiras através do quociente eleitoral e partidário. Esse é um sistema eleitoral que se identifica na nação brasileira, o qual o eleitor vota em apenas

um candidato, seja ele, deputado estadual, federal ou, até mesmo, um vereador. Dentro deste sistema, o Brasil utiliza a chamada lista aberta, na qual o eleitor vota em apenas um candidato de sua livre escolha, sendo que o seu voto é intransferível. Nesse sistema proporcional as cadeiras são distribuídas primeiramente aos partidos ou coligações, de acordo com o número de votos válidos obtido pelo conjunto de seus candidatos que alcançaram o coeficiente eleitoral, e os votos de legenda. Se fossemos analisar em profundidade o assunto de distribuição de cadeiras no sistema proporcional (não é nosso objeto de análise), verificaríamos uma imensa desproporcionalidade, como afirma Sadek (1993, p.12):

[...] é considerável o grau de desproporcionalidade na atribuição de cadeiras. Enquanto um deputado por Roraima se elege com 9 mil votos, um deputado por São Paulo necessita 34 vezes mais votos, ou seja, cerca de 308 mil. Isto significa que os eleitores têm peso diferente, de acordo com o estado em que residem, contrariando frontalmente a regra democrática – “one man one vote”. Do ponto de vista dos partidos a referida distorção também provoca graves consequências, na medida que os partidos com maior votação nos estados mais populosos têm sua representação diminuída enquanto acontece o inverso com os partidos de base menos urbana.

O sistema eleitoral incentiva a busca de votos para a pessoa do candidato e não para o partido. Observa-se, então, que o individualismo faz com que os parlamentares distribuam favores a seu eleitorado, assim, garantem o retorno eleitoral.

Nesse sentido, o sistema eleitoral brasileiro acaba por ser permissivo em demasia. Por outro lado, é importante observar que o sistema partidário em funcionamento no País mantém ainda fortes regras centradas no legislativo onde pouca capacidade tem o parlamentar que, isolado, tenta alterar a agenda legislativa. O poder centralizador está nas mãos dos líderes e no Colégio de Líderes (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1995).

A maneira de se fazer política no Brasil ainda reflete a incapacidade dos partidos e do próprio sistema eleitoral de centralizar a campanha na própria agremiação partidária. A incapacidade de estabelecer uma diretriz voltada para o fortalecimento do partido estimula o individualismo político auxiliado pelo poder econômico que mostra a musculatura de certos candidatos maior do que o próprio partido, possibilitando maior chance de sua reeleição. É certo que, alguns partidos, acabam ficando dependentes desses candidatos. Por outro lado, as discussões a respeito da reforma política no Congresso têm vislumbrado algumas possíveis mudanças a respeito do sistema eleitoral. Uma dessas possíveis mudanças é o financiamento de campanha eleitoral com verbas públicas. De certa forma, a proposta inibiria o aparecimento de candidatos

economicamente mais fortes do que outros e, ao mesmo tempo, igualaria as candidaturas. Por outro lado, não acabaria com o chamado **caixa dois** que tem sido uma prática nas eleições brasileira. Dessa forma, ainda que o número de representantes seja determinado pelos votos partidários, a eleição ou não de um candidato depende de sua capacidade de obter votos individuais. O sistema eleitoral e partidário atual possibilita essa prática por sermos um sistema de lista aberta. Esse sistema incentiva o individualismo nas campanhas, especialmente porque, o prestígio social, o poder econômico, o atrelamento as instituições sociais de um candidato, são fortalecidos pela mobilização e a utilização dessas instituições de maneira informal e, com o apoio dessas instituições, os políticos com mandatos na categoria de vereadores passam a ter mais possibilidades de se reelegerem. Nessa categoria, se incluí as igrejas Evangélicas como: Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e Universal do Reino de Deus, além do poder econômico que possibilita a conotação de dependência. A partir dessa perspectiva, o sistema eleitoral e proporcional, possibilita uma maior intercalação no Parlamento com a alternância de poder devido à possibilidade de eleição de candidatos que foram apresentados nesse sistema, **“sem qualquer hierarquização, negociação e, entre esses candidatos, começa uma competição que não leva à coesão, ao contrário, estimula um alto componente de individualismo,”** como afirma Sadek (1993). É perceptível, nesse processo, que as campanhas eleitorais estimulam, internamente, uma forte disputa que se vislumbra a partir das formações das coligações.

Nesse sentido, esse componente individualista é um preposto do próprio sistema eleitoral e partidário brasileiro. A legislação partidária e eleitoral vigente no Brasil favorece a desestabilização das estruturas partidárias. Sadek (1993. p.11) afirma que o aspecto central desta legislação diz respeito ao método pelo qual são eleitos os membros da Câmara Federal:

O Brasil adota um peculiar sistema proporcional, cujas características fundamentais são:

- 1) As circunscrições eleitorais são os estados;
- 2) As candidaturas são apresentadas através de listas abertas, sem qualquer ordenação prévia por parte do partido;
- 3) A “fórmula eleitoral” adotada combina com o quociente eleitoral (Hare) e divisores d’Hondt (método das maiores médias para a distribuição das sobras)

Para Nicolau (1964), Partido **“é uma organização que compete por votos nas eleições”** tem papel importante no arranjo eleitoral. A preocupação da formação de

bancada, a escolha dos candidatos que, no sistema atual brasileiro, é por lista aberta, de certo modo pulveriza a participação da sociedade na capacidade de escolha e fixação dos candidatos escolhidos. É importante ressaltar que, a denominação “Partido” era usualmente utilizada como “facção”, segundo Sartori (1982, p.23) :

O termo partido entrou em uso, substituindo gradualmente a expressão depreciativa “facção”, com aceitação da ideia de que um partido não é necessariamente uma facção, que não é necessariamente um mal e que não perturba necessariamente o *bonum commune*, o bem estar comum.

É bem verdade ainda que, na maioria das vezes, o povo vê o partido político e o sistema partidário, com essa compreensão. A maioria da população não sabe o que é um partido político. Não sabe para que ele serve e nem conhece suas atribuições. Vê o partido somente em época eleitoral e não consegue estabelecer a importância que ele tem para o bom andamento da própria sociedade e de suas instituições. Não consegue associar a figura do candidato ao partido ou, a sigla partidária como fator de identificação e associação com o candidato. Muito menos consegue se lembrar meses depois da eleição, em quem votou. Essa dificuldade se reflete no baixo interesse dos partidos em difundir suas ações como base de conhecimento e provimento de intermediação da sociedade com o poder político. Por outro lado, a sociedade não consegue distinguir a funcionalidade partidária para fins de benefício coletivo. O partido só é conhecido em épocas de campanhas eleitorais, mas sem a verdadeira relação de comprometimento e aceitação popular. Para o autor, o sistema partidário é muito desigual e a representatividade no parlamento não reflete as aspirações do eleitorado devido às escolhas dos candidatos, muitas vezes sem critério, não o faz se sentir representado.

Esse aspecto da representatividade política leva a outra questão de caráter coletivo: a eleição de determinados candidatos, independente da escolha do eleitor mostra claramente o distanciamento entre as aspirações políticas e as necessidades das classes sociais aqui definidas como evangélicas. Esse sistema proporcional descaracteriza a verdadeira escolha dos eleitores no aspecto da representatividade e, os mesmo, não se sentem contemplados no Parlamento.

4 ATUAÇÃO DOS VEREADORES EVANGÉLICOS E NÃO EVANGÉLICOS NO PARLAMENTO MUNICIPAL DE BELÉM

4.1 VEREADOR EVERALDO MOREIRA (IEQ) – 1989 A 2008 – EVANGÉLICO

O Pastor Everaldo Moreira, da IEQ, foi eleito em 1988, começando o seu primeiro mandato em 1989. Permaneceu por 05 (cinco) legislaturas no Parlamento (20 anos). Dentre os parlamentares evangélicos, foi o que mais tempo permaneceu como legislador. Nesse período legislativo, teve baixíssima produção. Não apresentou nenhum projeto de lei em 1989, em 1990, solicitou quatro dias de licença dos trabalhos da casa e apresentou projeto de outorga de título honorífico de honra ao Mérito (Dec. Leg. 01 de 28/02/90). Em 1991, solicita duas licenças para participar da convenção nacional da Igreja do evangelho quadrangular e congresso da vinde, concede título honorífico de honra ao Mérito, apresenta projeto de lei de manutenção e recuperação de todo acervo Constitutivo das praças municipais que foi arquivado por duplicidade e altera a redação do artigo 86 da lei 7.502/90 (Estatuto do Funcionário Público), recebeu parecer contrário. Em 1992, cria o Dia nacional da Bíblia no Município de Belém, pede licença para participar de Convenção Nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular, concede título honorífico de honra ao Mérito ao Reitor da Universidade Federal do Pará Nilson Pinto de Oliveira, tem um projeto de lei rejeitado e dois pareceres contrários ao projeto de lei que acrescenta ao artigo 32 da resolução 01/91 parágrafo segundo: salário. O outro que proibia o repasse de verbas públicas para as entidades carnavalescas.

Em 1993, pede duas licenças, tem um projeto de lei que recebe parecer contrário que dispõe de proibição de qualquer tipo de venda abaixo das guaritas de passageiros de ônibus e, o outro, que dispõe sobre a cobrança de pedágio nas pontes de Mosqueiro e Outeiro sendo retirado pelo o autor. Em 1994, pede três licenças e têm um Projeto de Lei (PL nº 7768 de 02/10/1995), como nos outros anos, baixíssima produção legislativa. O ano de 1995, foi pior ainda, não apresentou nenhum projeto de lei e, ainda, solicitou duas licenças para participar do Congresso Nacional de pastores da Igreja do Evangelho Quadrangular. Em 1996, requer duas licenças, têm um parecer contrário ao projeto que cria no âmbito da CMB, o Programa de Demissão Voluntária. Não foi reeleito em 1996. Retorna a casa em 2001, eleito em 2000 com o apoio da IEQ.

Em 2001, continua solicitando licença. Solicitou 04 (quatro) ao longo do ano, recebe parecer contrário ao projeto de resolução que define o horário de funcionamento dos estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas para consumo imediato. Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da lei 7.974/99 – dia do Pastor – Promulgada (Lei 8.129 de 16/01/2002. Teve aprovada a Lei que institui no Município de Belém a Semana Municipal de Orientação Escolar (Lei 8526 de 22/06/2006). Nesse ano, sua produção melhora em face aos outros anos, mas, está muito aquém de um bom legislador.

No ano de 2002, solicita quatro licenças, apresentam três decretos legislativos de título honorífico de cidadão e cidadã de Belém, todos ligados a Igreja do Evangelho Quadrangular, apresenta dois projetos de lei de reconhecimento de utilidade pública no Município de Belém a Sociedade Beneficente Amazônia e a Associação da Igreja Metodista de Belém. Têm dois pareceres contrários a seus projetos, dois projetos de lei retirados das comissões pelo autor, aprova um projeto de lei que dispõe sobre isenção de IPTU para as igrejas de qualquer culto que funcionam em imóveis alugados (Lei 8296 – 30/12/2003) e um projeto de lei rejeitado. Em 2003, solicita seis licenças. Concedem dois títulos honoríficos, uma Medalha “Clodomir Grande Colino”, tem dois projetos de lei que receberam parecer contrários, um com duplicidade, um retirado pelo autor e um rejeitado. Baixa produção parlamentar.

Ao começar o ano de 2004, tira uma licença saúde, e três licenças parlamentares. Recebe parecer contrário a dois projetos de lei: Um que estabelece a divulgação dos benefícios da Bolsa Escola nos jornais de circulação em Belém e o outro sobre isenção da contribuição para custeio de manutenção de iluminação públicas das igreja em local alugado.

No ano seguinte, 2005, solicita três licenças, tem um projeto de lei rejeitado, um com parecer contrario, outro arquivado por duplicidade, outro arquivado para adequações. Portanto, sem produção significativa no exercício do mandato legislativo para a sociedade. Em 2006, solicita cinco licenças, tem um projeto de utilidade pública aprovado, um vetado na íntegra, um com parecer contrário, outro arquivado por duplicidade.

No decurso deste de 2007, foi o ano, entre outros, com baixa produção. Só teve um projeto de lei aprovado, o de nº 8518/06 de altera o inciso I do artigo 11 da lei 8159/02 que dispõe sobre a celebração de parcerias entre o Poder Público Municipal e entidade da Sociedade Civil sem fins lucrativos para promoção de assistência social. Ao

mais, tira três licenças, tem um projeto de lei retirado da pauta, um arquivado por duplicidade e um com parecer contrário. Produção Legislativa igual aos demais anos de mandato: baixíssima e sem expressividade social.

No ano de 2008, continuou tirando licença, cinco ao todo. Concede o título Honorífico de cidadã de Belém e tem dois projetos de lei com pareceres contrários e arquivados. Essa foi a produção legislativa do Vereador pastor Everaldo Moreira. No geral, sem expressividade. Sem, no entanto, motivo para garantir-lhe reeleição produtiva. O que nos leva a crer que sua reeleição está intimamente ligada a forte pressão da liderança religiosa no qual pertence.

4.2 VEREADOR ORIVALDO PINHEIRO. 1992 – 2008 - EVANGÉLICO

O Vereador Orivaldo Pinheiro foi, entre os vereadores evangélicos da Assembleia de Deus, com mais tempo de mandato no Parlamento Municipal. Permaneceu por 04 (quatro) mandatos (16 anos) na Câmara Municipal. Eleito em 1992, tomou posse no primeiro mandato em 1993. Nesse ano, sua produção legislativa foi muito baixa. Não respondeu as expectativas. Teve somente um projeto de lei aprovado em plenário, ensejando a lei nº 7723 de 07/07/94 que dispõe sobre o acompanhamento hospitalar de paciente de 0 a 14 anos nos hospitais de Belém. Teve um projeto de lei vetado e, outro, com parecer contrário. Essa foi a produção do vereador no primeiro ano de mandato. Em 1994 ele tem um projeto de lei rejeitado, dois arquivado (retirado pelo autor), outro vetado. Uma concessão de título honorífico de Honra ao Mérito. Aprovou projeto de Lei nº 7752 de 18/04/95 que dispõe sobre obrigatoriedade do cinto de segurança pelos ocupantes dos bancos dianteiros dos automóveis que circulam em Belém. Essa Lei foi promulgada. Único trabalho de relevância neste ano de mandato.

No ano de 1995, solicita três licenças, concede dois títulos honoríficos e aprova lei que proíbe bicicletas e similares nas praças (Lei 7831 – 30/04/97). Teve um projeto retirado da pauta pelo autor, e recebeu três pareceres contrários a projetos seus. No total, não produziu significativamente nada para a sociedade.

O ano de 1996, ano eleitoral, o vereador Orivaldo Pinheiro tem sete ações em plenário com projetos. Dois foram pedidos de licença, dois recebem pareceres contrários, um arquivado. Aprova um projeto de lei nº 7823 de 22/01/97 que cria no Município de Belém o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos. Único projeto de relevância no ano legislativo de sua autoria. **Baixíssima produção. Mesmo**

assim, consegue se reeleger vereador para mais um mandato. No ano de 1997, aprova o projeto de lei nº 7843 de 04/08/97 que veta qualquer forma de discriminação nos acessos de elevadores de todos os edifícios públicos municipais e comerciais. E a lei 7851 de 29/10/97 que adiciona parágrafo único ao art. 1º da lei 7752/95 Que dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de cinto de seguranças por parte dos ocupantes dos bancos dianteiros dos automóveis. Tem dois projetos arquivados por duplicidade, dois com pareceres contrários e dois projetos de lei rejeitados.

No ano de 1998, apresentou três projetos que concedem títulos honoríficos, um projeto de lei (aprovado) que cria o Dia Municipal da Assembleia de Deus a ser comemorado no dia 18 de junho (Lei 7965 de 21/07/99). Institui o dia Municipal do Evangélico, a ser comemorado no dia 30 de Novembro (Lei 7971 de 30/08/99). Institui no Município de Belém o dia do Pastor a ser comemorado no segundo domingo de Dezembro (Lei 7974 de 20/09/99) e, o projeto de lei que obriga o uso de toalhas de papel nos banheiros destinados ao público em geral (Lei nº 7995 de 24/01/200). Institui o dia Municipal da Reforma Protestante a ser comemorado no dia 31 de outubro (Lei 7922 de 19/11/98). Foi um ano, na avaliação geral, muito produtivo.

No ano seguinte, 1999, concede dois títulos honoríficos, solicita uma licença, tem dois projetos de lei com pareceres contrários e um retirado pelo autor e um arquivado com parecer contrário. Baixíssima produção. Não repete a produção do ano anterior.

Aprova, no ano seguinte, 2000, o projeto de lei que torna livre no município de Belém, as paradas de ônibus coletivos no período de 23h as 05h (Lei 8038 de 15/01/2000). Concede título honorífico e tem um projeto de lei rejeitado. Por ser um ano eleitoral, sua produção ficou muito aquém dos anos anteriores. Neste ano consegue se reeleger com o apoio do Deputado Federal Raimundo Santos.

Inicia o ano de 2001 e sua produção legislativa passa a ter um significativo aumento. Pede três licenças, tem um projeto de lei retirado pelo autor, um arquivado por duplicidade, um com parecer contrário, outro vetado, outro arquivado e outro, mantido parcialmente o veto que estabelece medidas administrativas no combate a vendas de bebidas alcoólicas e cigarros os menores de 18 anos. No ano de 2002, sua produção legislativa se concentra em conceder títulos honoríficos, reconhecimento de utilidade pública, solicita uma licença, e aprova projeto de lei que Institui a Semana dos Evangélicos no Município de Belém (Lei nº 8310 de 18/05/04) e dispõe sobre a

proibição do uso da traseira do ônibus de transporte coletivo no Município de Belém para propaganda de produtos ou quaisquer outros serviços. (Lei 8261 de 07/08/2003).

Em 2003, sua atuação foi voltada para conceder títulos honoríficos. As demais produções foram retiradas pelo autor e, outras, receberam pareceres contrários. Aprova, neste ano, a lei nº8513 de 30/05/06 que dispõe sobre a distribuição de cartilhas de primeiros socorros aos motoristas de ônibus e de táxis de lotação em Belém. No ano de 2004, pede uma licença e utiliza o ano todo para conceder Títulos Honoríficos.

Inicia o ano de 2005 e há um aumento significativo na produção Legislativa do referido vereador. Aprova três projetos de lei, tira duas licenças, tem dois projetos rejeitados e um arquivado. No ano seguinte, 2006, tem uma queda considerada na atividade legislativa. Tira duas licenças, retira um projeto da pauta e aprova reconhecimento de utilidade pública a Igreja Assembleia de Deus – missão para Cristo (Lei 8569 de 19/03/07).

No ano de 2007, tira duas licenças, tem um projeto vetado, outro rejeitado e dois aprovados, toda a concessão de títulos honoríficos. Em 2008, ano de eleição, só tem um projeto apresentado durante todo ano. O projeto de Lei nº8669/30/03/09 que institui o Dia Municipal do Adolescente a ser comemorado no Primeiro Domingo de Outubro de cada ano. Só foi esse projeto apresentado. Não se reelegeu.

4.3 VEREADOR PAULO QUEIROZ (PSDB) 1996- 2008 - EVANGÉLICO

O Vereador Paulo Queiroz está na Câmara Municipal como vereador desde 1996 quando se elegeu pela primeira vez e, vem ininterruptamente se reelegendo. Sempre pelo mesmo partido o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Sua produção parlamentar no ano de 2004 foi muito baixa em relação ao tempo em que se encontra na Casa: 02 (duas) concessões de Medalha ao Mérito, 02 (dois) títulos honoríficos de Cidadão de Belém e 01 (um) de Honra ao Mérito. Aprovou a Lei nº Lei 8.507-5.4.06 DOM-10.634-5.4.06 que dispõe sobre a obrigatoriedade de avaliação médica anterior nos concursos públicos do município de Belém que exigem teste de esforço físico. Teve dois projetos com parecer contrário, e 01 (um) que Reconhece como utilidade pública para Belém o Centro de Apoio Missionário Josete Fonseca que foi arquivado por ter esgotado o prazo regimental. Tirou licença parlamentar para assumir a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) como secretário municipal.

a) 1º Mandato: 1996-2000

Apresenta projetos de lei concedendo títulos honoríficos à igrejas cristãs como a Primeira Igreja Batista (Dec. Leg. 07/97) ou à IEQ da qual o candidato pertence, ou a membros importantes de sua própria igreja como Josué Bengston. (Dece.Leg.14/98) Também apresentou PLs (projetos de leis) reconhecendo como utilidade pública o Seminário Teológico Batista Equatorial e a Escola Salesiana do Trabalho. O que nos mostra uma clara relação de seus projetos com a sua igreja ou outras igrejas e instituições cristãs.

Mas também podemos encontrar projetos de lei feitos por Paulo Queiroz dos quais beneficiavam a sociedade em geral, como o que dispõe sobre a criação do Programa permanente de alfabetização e educação básica para jovens e adultos no âmbito do município de Belém ou a alteração dos artigos de lei 7629/93-Convênio PMB c/ empresas privadas para formação de mão de obra de menores carentes, dentre outros. Percebemos na maioria de seus projetos de lei, resoluções para resolver problemas sociais da população belenense, sem estarem necessariamente vinculadas à igreja.

b) 2º Mandato: 2000-2004

Percebo um aumento de projetos de lei contendo títulos honoríficos, mas vejo também um aumento de propostas de leis no âmbito geral feitas pelo vereador, então posso dizer que os projetos de lei contendo títulos honoríficos continuam como minoria perante os outros, assim como os projetos de legitimar instituições como utilidade pública, onde assim como no mandato anterior, neste também só foram duas propostas: reconhecer como utilidade pública para Belém a Fundação Voluntários da Alegria e reconhecer como de utilidade pública para Belém o Seminário Teológico Batista Equatorial. A maioria de seus projetos de lei continua voltada a propor medidas que vise melhorar o cotidiano da população em geral, como o projeto de lei que dispõe sobre restrições e conscientização de infratores relacionados a corridas automobilísticas ilegais no âmbito do município de Belém ou estabelecer a obrigatoriedade de todos os órgãos públicos municipais em darem treinamento a servidores, para que estes façam atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais. Percebi uma ligeira diminuição de projetos vinculados à igreja e uma queda na qualidade das propostas para resolver problemas sociais frequentes, apesar da queda não ser tão expressiva, é notável

a lista de projetos de lei no mandato anterior dos quais parecerem ser bem mais eficazes na resolução de problemas apresentados pela nossa sociedade do que a deste mandato. Mas ainda assim, posso perceber uma preocupação maior do vereador em elaborar projetos de lei visando a melhoria da população em geral que a das igrejas cristãs ou sua igreja de forma específica.

c) 3º Mandato: 2008

Apenas dois projetos de lei elaborados e todos concedendo títulos honoríficos ou beneméritos às pessoas, sendo que um deles é o Josué Bengston, pastor da Quadrangular da qual já foi concedido um título honorífico no primeiro mandato de Paulo Queiroz. Percebo neste mandato uma grave carência de projetos de lei visando à melhoria da sociedade em geral. Deixa a Câmara Municipal para assumir a Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB.

4.4 VEREADOR IRAN MORAES – 2000 A 2008 - EVANGÉLICO

Elegeu-se em 2000 pelo PL (Partido Liberal) permanecendo nele na reeleição de 2004 e mudando de sigla partidária no decorrer do mandato, indo integrar as fileiras do Partido Socialista Brasileiro (PSB) o qual se reelegeu com a maior votação do período (mais de 12 mil votos). Sua produção parlamentar no ano de 2004 foi baixa efetivamente. O vereador Iran Moraes teve, no sentido de produção legislativa, uma grande quantidade de projetos, só que, 08 (oito) desses projetos foram rejeitados por duplicidade, 01 (um) projeto foi vetado, 01 (um) rejeitado e teve ainda 06 (seis) pareceres contrários aos seus projetos. Concederam 03 (três) Medalhas de honra ao Mérito e 03 (três) Títulos Honoríficos.

Em 2005 teve 18 (dezoito) projetos rejeitados por duplicidades, 24 (vinte e quatro) pareceres contrários ao seu projeto, concede 01 (um) título honorífico, 01 (um) reconhecimento público (Lei 8470-565-22.12.05 DOM-10.565-22.12.05, instituí 02 (dois) eventos em Belém: Dia Municipal do Idoso: Lei 8.505-5.4.06- Dom – 10.626-5.4.06 e Dia Municipal do Trabalhador: Lei 8.501.4.06 Dom-10.626-24.3.06.

Em 2006, sua produção se manteve como a de 2005 e só teve alguns títulos e medalhas concedidas e aprovadas em plenário. Em 2007, teve somente 01 (um) projeto aprovado o que dispõe sobre “a proibição de substituição de posto de trabalho de

cobrador de ônibus por meio magnético, mecânico ou eletrônico” Lei 8575-03.04.07 DOM-10.925-27.06.07. Os seus demais projetos foram rejeitados ora por duplicidade, ora por parecer contrário nesse ano. Por mais que o referido vereador se esforçasse falta, em seus projetos, uma triagem nos anais da Casa para não incorrer em várias vezes a duplicidade dos mesmos.

No exercício legislativo de 2008, sua produção foi inexistente. De todos os projetos apresentados, 03 (três), ao todo, somente um foi aprovado. O que Cria no âmbito do Município o dia da Família - Lei nº 8.720 /20.11.09 – DOM 11.508/20.11.09. Percebe-se que no período legislativo do referido ano, a produção gerada pelo referido vereador foi muito abaixo do que se espera de um representante do povo, do povo evangélico. Foi observado ainda que, não houve nenhum projeto apresentado pelo referido legislado com conexão com sua denominação evangélica. Mostra ou independência para com sua atuação parlamentar e apresenta suas proposições sem a consulta às suas bases e ao seu líder espiritual, o Pastor da igreja que ele congrega, ou não há esse contato de relação político com o mandato e a igreja. É observado ainda, que sua atuação na construção de seu mandato não teve nenhum vínculo com sua conversão ao evangelho. Não se pode avaliar se isso foi intencional, proposital ou sentimental. Mas o que chama a atenção é que a sua atuação no parlamento não está desfocada da sua conversão. O que leva a crer que não foi intencional sua atitude.

Durante o período pesquisado desse vereador observou-se a baixa capacidade de inovação e criatividade na construção de novas proposições e projetos de cunho significativo para a sociedade e para a comunidade religiosa a que pertence. Isso pode levar a crer a falta de um assessoramento qualificado que dê ao parlamentar instrumento de atuação significativa no decurso do seu mandato. Observou-se ainda que, sua reeleição não estava vinculada à sua participação na Igreja Assembleia de Deus, é claro que teve ajuda, mas não a ponto de influir no processo decisório eleitoral, mas sim, sua forte atuação comunitária no Bairro da Marambaia com ação social e ação comunitária preventiva – recolhimentos de entulhos e limpezas de bueiros e canais – com meios próprios. Para essas ações, utilizava a divulgação de periódicos como jornais de atuação parlamentar.

4.5 VEREADOR PASTOR RAUL BATISTA – 2000 A 2008 - EVANGÉLICO

Foi eleito em 2000 pelo Partido Social Trabalhista (PST), passando logo depois para o Partido Social Liberal (PSL) onde se reelegeu, mudando posteriormente para o PRB (Partido Republicano Brasileiro) e se reelegeu em 2008 com mais de 10 mil votos. Atualmente é o presidente do Diretório Regional do referido Partido.

a) 1º Mandato: 2000- 2004

Nos anos de 2001 a 2002 Raul Batista concedeu projetos de lei contemplando o pastor Vanderley Lacerda da Silva com o título de honra ao mérito e o título honorífico de cidadão de Belém, demonstrando vínculo entre seus projetos de lei e sua igreja (Igreja Universal do Reino de Deus). Apesar disso, não os seus projetos de lei vinculados à igreja constituem em minoria, mas os títulos de honra a alguém são bem expressivos em seu primeiro mandato (10 ao todo). Mas percebemos nesse vereador projetos de lei elaborados por ele e aprovados pela câmara dos quais beneficiam a sociedade como um todo e não à igreja apenas. Como o projeto de lei onde o Poder Executivo Municipal disponibilizará o número telefônico destinado a atender denúncias conta a mulher ou um incentivo-social quanto ao fornecimento por parte dos shoppings centers, supermercados e hipermercados, de cadeira de rodas para utilização aos portadores de necessidades especiais. Sua produção legislativa no ano de 2004 foi só para conceder títulos e honra ao Mérito num total de 05 (cinco), tiveram dois pareceres contrários, uma lei institui a obrigatoriedade a médicos e odontólogos da rede municipal de saúde (emitir prescrições e atestados médicos datilografados e impressos) Lei 8464-28.11.05 DOM-10.549-28.11.05.

A maioria de seus projetos neste mandato visa uma preocupação com a sociedade como um todo, sem vinculações diretas com a igreja.

b) 2º Mandato: 2005-2008

Há apenas um projeto de lei neste mandato o qual é vinculado a uma instituição cristã, a declaração de utilidade pública a Associação Beneficente Cristã, no mais, percebo mais projetos úteis para a sociedade. Apenas três projetos envolvendo títulos ou dias honoríficos, mostrando uma clara diminuição se comparada ao mandato anterior.

No mais, a maioria dos Projetos de Lei elaborada por este vereador beneficia a população belenense em geral. Como a obrigatoriedade da fixação de cartazes ou placas em hospitais, postos de saúde, ambulatórios e funerárias com informações da Lei Federal nº 6194, 19.12.1974, que trata da indenização de seguro obrigatório de danos causados por veículos automotores de vias terrestres ou o projeto de lei do qual determina que todas as instituições que promovem concurso público no município de Belém, fiquem obrigadas a convocar todos os candidatos aprovados em ordem de classificação até preenchimento das respectivas vagas no prazo que menciona.

No exercício legislativo de 2007, sua produção foi baixíssima. Teve 04 (quatro) projetos de lei arquivados por duplicidade e 04 (quatro) pareceres contrários. Concederam 02 (dois) títulos honoríficos, um de honra ao mérito e outro de cidadão de Belém. É perceptível a baixa qualidade da ação parlamentar.

Em 2008, segundo os anais da Casa, não houve produtividade parlamentar no exercício do mandato. Não é perceptível a relação do mandato e a atuação legislativa com relação a atuação religiosa. O que nos leva a crer que, a reeleição desse parlamentar está ligada a determinação da Igreja junto aos seus membros mas, sem a devida contrapartida em benefícios sociais para com os mesmo. Em sua atuação para reeleição, utilizava-se de comando de ação social com o apoio de vários obreiros da igreja para esse fim, o que ligava o parlamentar aos seus eleitores internos, os membros. Dessa forma, com a obrigatoriedade de votar num membro indicado pelo Bispo, e sem entender o papel real do Vereador, todos acabam sulfragando seus votos no indicado e apoiado pela igreja.

c) 3º mandato: 2009

Apesar de não ser objeto do trabalho, entendemos a importância de relacionar esse período para balizar a extensão da atuação e classificar sua performance junto à igreja e a comunidade em geral.

Os Projetos de Lei elaborados por Raul vinculados à igreja da qual é membro ou a alguma outra igreja cristã continuam sendo escassos, Mas neste mandato, os projetos dos quais beneficiam a sociedade em geral se mostram na mesma escassez. Neste mandato, as maiorias de seus projetos de lei se baseiam em medalhas de honra ao mérito como a concedida à Fafa de Belém, ou títulos honoríficos às pessoas, diplomas de beneméritos evangélicos a membros da igreja, dentre outras homenagens. Raul

reconheceu duas instituições como utilidade pública como a associação Ulisses Pereira e a Associação de Bares e restaurantes e concedeu plaquetas comemorativas à personalidades conhecidas na cidade como Nilson Chaves ou ao apresentador do Programa Pará Record, ao Sr. Rogério Spinelli.

São 14 Projetos de Lei concedendo “homenagens” para apenas 6 visando melhorias para a sociedade como um todo, e nessa minoria de projetos ainda incluem os que ao meu ver são fracos para resolver problemas sociais, pois assim como Raul elaborou bons projetos ao propor um Sistema de Informações sobre violência nas Escolas da Rede Municipal de Ensino. Também lançou projetos como disposição sobre a instalação de recipientes para a coleta de baterias usadas de telefones. Projeto este, que apesar de ter seu grau de importância, é fraco para resolver efetivamente algum problema social frequente na cidade.

No ano de 2005, o referido vereador teve uma baixa produção e nenhum projeto relacionado com sua representação religiosa. Apresentou no decorrer do ano 02 (dois) projetos de lei que foram arquivados por duplicidades. 01 (um) Projeto de Lei foi retirado pelo autor; 01 (um) Projeto foi rejeitado pelo plenário e 02 (dois) Projetos de Lei teve parecer contrário na comissão de constituição e justiça. Apesar da baixa produtividade parlamentar, no ano de 2005, o vereador aprovou a Lei 8464-28.11.05 DOM-10.549-28.11.05 que “cria o cadastro de torcida organizada sediada no Município de Belém e dá outras providências [..].” (informação verbal).

Em 2006, manteve a baixa produção parlamentar e teve a maioria de seus projetos arquivados por duplicidade. Concedeu 01 (uma) medalha de comemorativa do brasão das armas do município ao vereador Raimundo Castro, atual presidente da Câmara de Municipal de Belém. Só teve um Projeto de Lei aprovado que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes ou placas em hospitais, postos de saúde, ambulatórios e funerárias com informações da Lei Federal nº 6194, 19.12.1974, que trata da indenização de seguro obrigatório de danos causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT).” Lei nº 8.668/30.3.2009 – DOM 11.353/02.4.2009. Observa-se que durante o referido ano, o parlamentar não fez nenhum projeto que tivesse relação ou ligação com sua denominação religiosa, a IURD. (informação verbal)

4.6 VEREADOR BISPO ANTONIO ROCHA. 2004 A 2008 – REELEITO EM 2008. EVANGÉLICO

Foi eleito para o primeiro mandato no ano de 2004 pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) sendo reeleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 2008. Sua atuação parlamentar em 2005 foi muito baixa. Talvez por falta de experiência no Legislativo.

a)1º Mandato 2005-2008

A maioria dos projetos feitos pelo candidato Antônio Rocha, me pareceram ter preocupações na resolução de problemas sociais da cidade, como o Projeto de Lei que dispõe sobre a Prevenção ao uso de Substâncias Psicoativas entre crianças e adolescentes ou o que assegura o acompanhamento de familiar ou responsável legal ao cidadão idoso que necessitar de internação, assim como o projeto de lei que exige obrigatoriedade de uma realização anual de avaliação clínica oftalmológica e otorrinolaringológica para os alunos das escolas da rede pública municipal, dentre outros projetos dos quais ao meu ver beneficiariam e muito a sociedade se fossem aprovados. Mas a câmara vetou este e a maioria dos projetos do qual Antônio Rocha elaborou.

Não encontrei neste primeiro mandato nenhum projeto de lei seu vinculado à igreja universal do qual o vereador é membro e nem a nenhuma igreja cristã. Apresentou 02 (duas) Resoluções que Institui o Diploma Mérito Educativo - Res.8-05. 03.09 DOC-1306/09. Cria o acervo da CMB - RES. 012 de 22 a 26/06/09 DOC. 1320/22/06/09.

Em 2006, não teve nenhuma proposição sua aprovada no plenário da Câmara. A maioria por duplicidade.

No exercício Parlamentar de 2007, teve oito Projetos de Lei arquivados por duplicidade. Aprova a Lei nº 8.670/30.3.09 - DOM 11.353/02.4.09 que Institui o dia do motorista de Transporte Coletivo em Belém.

Em 2008 não houve produção legislativa conformes anais da Câmara Municipal. Esse parlamentar, no decorrer do mandato, demonstrou a baixa produtividade parlamentar e nenhuma relação do seu mandato com as questões denominacionais. É possível que, nas relações de trabalho, sua atuação seja através de acordos informais

entre a igreja a que pertence IURD e o parlamento. Mas, o que se mostra é a dificuldade ou a falta de sintonia com seus eleitores, diga-se de passagem, ligados a Igreja Universal. Nenhum projeto seu foi direcionado para atender às demandas sociais e religiosas. Ao analisar sua produção parlamentar, percebe-se o grande vazio de proposições efetivamente coerentes e de cunho socializado. Em nenhum momento se percebeu na pesquisa sua ligação com a Igreja e o exercício do mandato, o nos leva a acreditar que sua reeleição foi conduzida por determinação interna e distritalizada, com a atuação liberal dos membros da Igreja.

b) 2º Mandato. 2009

Bispo Rocha continua elaborando bons projetos, como a criação do Programa “Adote uma praça” no município de Belém, a permissão para construção de uma cabine protetora nos pontos fixos de táxi em Belém, também há projetos de lei assegurando a matrícula dos alunos durante o período de férias dos alunos na rede municipal, a criação do programa Gostar de Ler, dentre outros. Mas nenhum desses projetos foi aprovado pela câmara dos deputados. Em compensação, neste mandato se percebe projetos de lei vinculados com a igreja, projetos esses dos quais foram os únicos elaborados por Antônio Rocha dos quais foram aprovados pela câmara. Como Lei nº 8.697 de 03 de agosto de 2009, Dia dos Grupos de Evangelização. Como o Dia do Ministro Evangélico (Lei nº 8.756), o dia do Obreiro evangélico (Lei nº 8.699), o dia dos grupos de jovens evangélicos (Lei nº 8.700).

Pouco percebi em seus dois mandatos, títulos honoríficos, concessões de medalhas ou na elaboração de dias para homenagear determinados profissionais, acredito ser apenas a lei nº 8.670 que se encaixa nesse mérito, criando o dia do motorista do transporte coletivo de Belém.

4.7 VER. CARLOS AUGUSTO BARBOSA – 1988 A 1996 – 2005 A 2008 – NÃO EVANGÉLICO

O Vereador Carlos Augusto, eleito em 1988 e reeleito em 1992, apresentaram no seu primeiro mandato, em 1993, 02 (dois) projetos de lei, um que instituía o ensino de língua espanhola no âmbito municipal e outro, a título de sugestão que versava sobre placas informativas em todas as praias do município de Belém. Todos foram rejeitados.

Apresentou ainda duas resoluções que versavam sobre Emenda aditiva ao Regimento Interno da Casa e Emenda aditiva ao art. 20 § 2º, inciso IX e art. 42 inciso IX do Regimento Interno. Todos receberam pareceres contrários. Em 1994, teve somente um projeto de Lei aprovado (PL. Lei 7749 de 30/03/95) que instituía o Dia Municipal de prevenção do câncer de mama. Teve os demais projetos rejeitados nas Comissões, principalmente de Constituição e Justiça. Em 1995, teve 05 (cinco) pareceres contrários aos seus projetos. 04 (quatro) projetos de leis rejeitados e transformou em lei três projetos que são: Lei 7769 de 06/11/95 que “proíbe a fabricação de brinquedos idênticos ou semelhantes a armas de verdade”. “PL 7785 de 19/01/1996 que transforma a “Av Doca de Souza Franco” nos dias de Domingos e Feriados em espaço de lazer” e a Lei 7923 de 02/12/1998 que estabelece o “ conteúdo básico de Direito do Consumidor” nas Escolas municipais. Em 1996, Concedeu um título honorífico de honra ao mérito, como Decreto Legislativo ao Dr. Ophir Cavalcante e teve 03 pareceres contrários a seus projetos. Ficam 08 (oito) anos fora do Parlamento. Retorna em 2005, sendo eleito em 2004. Em 2005, teve aprovado três projetos de Lei: 8547 de 13/09/2006 “versando sobre a orientação turística em Belém”; Lei 8552 de 28/12/2006 que dispõe sobre a obrigatoriedade de enviar relatório trimestral sobre a execução da coleta, tratamento e destinação final do lixo”. Foi vetado pelo Prefeito. Altera a Lei nº 7679/1993 que dispõe sobre inscrição de desempregados em concursos realizados pela administração. Os demais, 10 (dez) ao todo, foram vetados, rejeitados, arquivados por duplicidade. Em 2006, teve baixa produção legislativa. Duas ao todo e os mesmos foram arquivados por duplicidade. Em 2007, aprova três Leis: 8589/25/06/2007 “reconhecimento de utilidade pública a casa Lar Cordeirinho de Deus”, a Lei 8640 de 18/06/08 que versava sobre o reconhecimento como utilidade pública o Instituto de Qualificação e Proteção Social da Amazônia.” O referido Vereador teve sua atuação em destaque no anos 1991 e 1995 e retorna somente em 2005, com uma excelente atuação.

4.8 VER. RAIMUNDO CASTRO – 1992 A 2008 – NÃO EVANGÉLICO

Eleito em 1992, assume a cadeira de vereador de Belém em 1993. Neste mesmo ano, apresentou três projetos de Lei que, num deles, “institui no mês de abril há Segunda Semana Municipal de combate às doenças sexualmente transmissíveis” PL nº 7.693 de 30/03/1994. Além de mais dois Projetos de Leis aprovados em Plenário, os Projetos nº 7.692 de 30/03/1994 que dispõe sobre “instalação de equipamentos de

primeiros socorros em todas as escolas municipais” e o Projeto de Lei nº 7.668 de 30/11/1993 que dispõe sobre “Institui o mês de Setembro a Semana Municipal de Hansenianos”. Retirou das comissões uma preposição e apresentou uma proposta de composição de 03 (três) membros do Poder Legislativo para acompanhar o processo de municipalização da saúde, gerando um requerimento 1294 que, posteriormente, foi transformado em portaria nº 162/93.

Em 1994, sua produção legislativa foi muito baixa. Apresentou um decreto legislativo de título de honra ao mérito, um projeto de Lei de reconhecimento de utilidade pública (Lei nº 7.736 de 16/11/1994) e teve um parecer contrário na comissão de Constituição e Justiça. Em 1995, sua produção legislativa aumentou, mas, sem impacto social nenhum. Só teve uma lei aprovada. Cria, nessa lei, o Programa Volante de Educação Municipal Comunitária a Distância (Lei nº 7784 de 23/06/1996). Em 1996, praticamente não produziu nenhum projeto significativo para a sociedade em nove meses. Podemos dizer que, neste ano, o referido vereador não trabalhou. No ano de 1997, aumentou em média sua produção legislativa, mas, sem grande impacto social. Não aprovou nenhum projeto de lei e tiveram dois pareceres contrários, dois projetos retirados da pauta pelo autor, um projeto de lei rejeitado e um projeto de lei arquivado. Portanto, baixíssima produtividade nesse ano em que assumiu um novo mandato como vereador reeleito. No ano seguinte, 1998, só conseguiu aprovar um Projeto de Lei nº 7.959 de 04/06/99 que dispõe sobre a “proibição de comércio de veneno denominado organofosforado carbamato (chumbinho) em farmácia, supermercado, mercearia e similares”. Mais uma vez se depara com uma produção legislativa sem relevância para um vereador que está no seu segundo mandato.

Em 1999, manteve a baixa produção legislativa. Apresentou seis preposições ao longo do ano. Um recebeu parecer contrário, dois foram arquivados, e apresentou um requerimento (aprovado) e uma resolução de alteração do Regimento Interno da casa. Só teve um Projeto de Lei aprovado, a PL nº 8005 de 24/02/2000. Mesmo assim, foi de “reconhecimento de Utilidade Pública para Belém a Associação dos Moradores do Bairro da Cremação”. No ano seguinte, 2000, manteve a frequência de baixa produção. Durante o ano inteiro, só aprovou um Projeto de Lei que “institui no município de Belém, a Campanha Permanente de Humanização nos ambientes hospitalares da rede pública e conveniada” (Lei nº 8.198 de 12/12/2000).

No ano em que assume o terceiro mandato, 2001 aprovou cinco Projetos de Lei e dois Decretos Legislativos. Foi até então, a maior produção legislativa apresentada pelo

parlamentar ao logo de três mandatos consecutivos. De 2002 a 2004, aprovou 08 (oito) Projetos de Lei, 05 (cinco) Decretos Legislativos e 02 (duas) Resoluções. 2005 assume o quarto mandato de vereador. É o ano em que, durante todo o seu mandato na Câmara Municipal de Belém, mais trabalho com produtividade. Aprovou 09 (nove) Decretos, 04 (quatro) Resoluções e 05 (cinco) Projetos de Lei. Observasse que, todos os decretos são de concessão de Medalhas condecorativas. Isso mostra que, quando se quer, pode se trabalhar, mesmo que seja para agraciar alguém com significativa relevância. Aumentou significativamente a produção em 2006 dentro dos mesmos padrões de 2005.

Teve baixíssima produção legislativa em 2007 e, no ano em que se reelegeu para o seu quinto mandato, apresentou uma produção legislativa baixa, basicamente condecorações e títulos honoríficos. Atualmente, exerce a função de Presidente da Câmara Municipal de Belém.

4.9 VEREADOR SAID XERFAN 2001 A 2008 – NÃO EVANGÉLICO

O vereador Said Xerfan, assumiu o mandato de vereador em 2001. Reelegeu-se em 2004 e 2008. Nos anos legislativos, acima citados, Said Xerfan teve baixa produção. De 2001 a 2008, as grandes maiorias de seu projeto eram de concessão de horários e transformação em utilidade pública algumas entidades. Em 2005, pede licença da Câmara e vai para SEOB (Secretaria de Obras do Estado). Retornando em 2006. Fora essas ações, sua produção no Parlamento não atinge o ideal. Não responde no Legislativo o que produziu no Executivo.

5 A MÍDIA COMO INSTRUMENTO DE DIVULGAÇÃO POLÍTICA

Num recorte histórico a respeito da Mídia como instrumento institucional para decisão da qualidade do exercício da cidadania e exposição política, se faz de suma importância a necessidade desse recorte para entender porque os vereadores, alguns deles, se utilizam ou utilizaram desse instrumento, para se manter em evidência, num processo decisório que é a reeleição.

Ao fazer um retrospecto da evolução da mídia no cenário político brasileiro, destaca-se o seu papel como importante agente de transformação do pensamento político a partir da discussão e abordagens que Fernando Lattman-Weltman faz, identificando os sintomas das grandes mudanças que ocorreram nos eventos políticos no Brasil, levando-o a uma interpretação geral da transição institucional da mídia a partir de uma análise política do sistema de produção e circulação dos discursos políticos. Nesse sentido, o instrumento midiático do processo de informação e divulgação pode ser considerado institutos políticos que têm papel relevante no processo de divulgação das suas atividades políticas.

As mídias tiveram papel importante no processo de abertura política que se desenvolveu no País, isto é, a pressão e a utilização dos meios de variados de informações que estabeleceram a relação com as massas e possibilitou o enfrentamento com o Regime Militar já fragilizado com as derrotas sofridas no campo eleitoral de suas bases.

A institucionalização do instrumento midiático no processo político estimulou o instrumento de manipulação, divulgação e convencimento da opinião pública, transformando as mobilizações de massa restritas no âmbito regional, como forte elemento plebiscitário nacional de resistência ao Regime Militar instalado no País. A vitória política do MDB, nas eleições de 1974, no sistema bipartidário, a participação da mídia foi fundamental para a transformação política do pensamento institucional no Brasil.

Essa perspectiva política de enfrentamento do regime militar possibilitou a chamada linha placiana inclinada à uma abertura política a combater sistematicamente a censura aos meios de comunicação através da propaganda eleitoral gratuita para difundir e divulgar as propostas do regime e de seus candidatos. A partir de 1982, com a anistia política, ocorrem as eleições para governadores e a conquista de governos por parte de muitos anistiados é o caso de Miguel Arraes em Pernambuco e de Leonel

Brizola no Rio de Janeiro. E a utilização da mídia permitiu a conquista do processo decisório eleitoral por parte de alguns anistiados.

A institucionalização da mídia se dá num contexto político ideológico. A elaboração da Constituição de 1988, a queda do muro de Berlim, o colapso do socialismo, a crítica ao neoliberalismo e a abertura da economia em escala global, possibilitou uma desestruturação interna e, conseqüentemente, uma crise na cidadania. No contexto ideológico contemporâneo, o deslocamento em direção à incorporação hegemônica da democracia representativa como modelo para a organização política de nossa sociedade leva, invariavelmente, a uma questão de comprometimento com as concepções de cidadania, com: direitos civis, liberdades de expressão e opinião, liberdades sociais e de imprensa.

Como instrumento institucionalizado da política, a mídia tem um caráter decisivo para a efetivação das eleições de 1989 (presidencial) e, nas demais eleições que se sucedeu, sua utilização como instrumento de divulgação e conscientização para opinião pública, foram apreendidas como forma de sobrevivência aos políticos no processo de informação de suas atividades parlamentares divulgando suas produções e atuações na arena política.

A utilização da Mídia é exercida pelos cinco Vereadores Evangélicos: Pastor Raul Batista, Bispo Rocha, Paulo Queiroz, Iran Moraes e Nehemias Valentim. Cada um tem programa de rádio e os pastores da IURD, Raul e Rocha, utilizam as programações televisivas da Igreja e, assim, mantêm-se permanentemente em evidência.

A publicidade é um forte instrumento do político para sua campanha eleitoral, as chances do candidato vencer uma eleição cresce bastante com a divulgação de sua campanha pela mídia. Vários estudos na área das ciências políticas relatam sobre a importância da mídia na eleição nos candidatos. Em Belém do Pará, vemos que a situação aqui não é diferente. Vários dos nossos parlamentares já se utilizaram dos meios midiáticos para sua eleição e reeleição em cargos públicos.

O vereador Iran Moraes, reeleito pela terceira vez como vereador, se utilizou da mídia televisiva enquanto artifício para sua campanha eleitoral, em meados do ano de 2003 a 2004, nos intervalos dos programas de TV, Iran Moraes tinha seu espaço publicitário. Sua propaganda consistia em falar do seu projeto de limpeza, coordenado por ele, no bairro da Marambaia.

É provável que esta divulgação de sua ação pela TV tenha sido primordial para suas constantes vitórias nas disputas eleitorais para vereador. Pois, eu como morador do

bairro da Marambaia pude verificar com os meus próprios olhos no período de eleições os cartazes com a figura de Iran Moraes pregada em várias casas pelo bairro, demonstrando o apoio da comunidade local para a eleição do político.

O vereador também se utiliza da internet para divulgar seus feitos, postando seus vídeos no site “youtube”. Mas pelo pequeno número de visualizações (a maioria com menos de 100 acessos, com exceção de um vídeo com 117 acessos, o que demonstra pouca popularidade se comparar com a média padrão de visualizações dos vídeos publicados pelo site) nós percebemos que este tipo de mídia não parece ter grande influência em sua reeleição, mas é interessante perceber a utilização do bairro da Marambaia como foco de seus discursos nos vídeos, tanto ao se identificar como morador do bairro, como ao falar das obras que o mesmo fez para a comunidade local.

A internet também é um artifício para alguns vereadores. Através de seu blog e seu twitter os vereadores reeleitos, divulgam seus projetos políticos ao seu público virtual.

Os vereadores evangélicos dos quais possuem forte liderança em suas igrejas, geralmente conseguem se reeleger, pois os membros da igreja os escolhem como candidatos. Esses políticos utilizam a mídia em favor de sua campanha. Não necessariamente de forma direta, mas indiretamente, com a propagação de sua imagem.

O vereador Paulo Queiroz se mostra um pastor atuante em sua igreja. Além de pregar em vários cultos semanalmente, o vereador também trabalha na Radio Liberdade FM 95.9 e tem o programa “Altar da Comunhão” na TV Rauland no canal 14, transmitido para a Região Metropolitana de Belém. Esses programas midiáticos parecem ter como expectadores o público evangélico em si. O público pode parecer muito específico, mas por ter Paulo Queiroz como principal apresentador do programa televisivo, além do programa mostrar vários cultos ministrados por ele, o coloca como destaque da liderança evangélica de sua igreja e lhe dá grande visibilidade. Ajudando assim a manter seus eleitores e conquistar outros novos votos.

Paulo Queiroz também se utiliza da internet para interagir com os fiéis e possíveis eleitores, sempre presente em seu face book, seu perfil lotou com quase 5000 pessoas. Essa rede social aproxima o contato de Paulo Queiroz com seus fiéis. Além de ser um meio de divulgação de seus cultos, programas, o vereador também relata o seu cotidiano na câmara dos vereadores, isso serve para divulgar o seu trabalho como político. Como seus comentários com relação a seu desempenho enquanto vereador

sempre são positivos, a rede social também serve para consolidar a sua credibilidade enquanto vereador e manter seus eleitores fiéis a ele ou conseguir um maior eleitorado. Nehemias Valentim, presente na mesma bancada que Paulo Queiroz, tem como aliado os sites de notícia na internet. Como membro da igreja adventista, ao fazer projetos de lei que beneficiem a sua igreja, os sites vinculados a mesma divulgam o seu projeto, e conseqüentemente divulgam o próprio vereador. O que ajuda a consolidar sua credibilidade enquanto político. Como exemplo temos a aprovação do projeto de lei elaborado por Nehemias para eleger o dia dos desbravadores de Belém a nível municipal, esse feito do vereador foi divulgado no site (PORTALADVENTISTA, 2012, não paginado).

A homenagem foi solicitada pelo vereador Nehemias Valentim, que usou a tribuna para elogiar os trabalhos que os clubes realizam na região. “Essa sessão solene é uma” forma de agradecer aos desbravadores e a sua liderança pelos diversos trabalhos que eles têm realizado na nossa querida cidade, a sociedade reconhece a importância do clube, pois todos conhecem seus feitos, e essa homenagem é mais do que justa.

Para alguns vereadores, é um artifício determinante em suas campanhas, para outros, é apenas um pequeno complemento. Pois são vereadores com um grande número de eleitores fiéis e se utilizam de outros mecanismos para prender esses eleitores. Independente disso, a mídia se mostra presente como um auxílio buscado por esses políticos para suas campanhas eleitorais. Entre os vereadores evangélicos, não se percebe a utilização dos meios midiáticos como principal influência para sua reeleição, pois os seus eleitores em sua maioria os estão acompanhando nas igrejas em seus cultos, o fator determinante para suas vitórias eleitorais estão nas suas próprias funções de líderes de igrejas, esta posição lhes dá credibilidade tanto como pastor quanto político.

Para os vereadores da IURD, Pastor Raul Batista e o Bispo Rocha, a utilização dos meios de comunicações, é um complemento de suas atividades parlamentares. Os mesmos não consideram esse instrumento como elemento fundamental para as suas reeleições e, sim, sua atuação com comando social nas bases, com trabalhos assistencialistas que fazem nos bairros periféricos da cidade onde tem uma IURD, que por sinal, está presente em vários bairros periféricos. A associação dessas atividades, mais a massificação da importância de ter um representante da Igreja no Parlamento, como se fosse uma ordem divina, os fiéis se envolvem de corpo e alma, como se fosse ainda, uma missão divina elegê-los. Com mais frequência, o vereador Raul Batista tem realizado essas ações desde que se elegeu pela primeira vez em 2000, pelo Partido

Social Trabalhista. Com menos frequência, o Bispo Rocha. Percebeu-se a imposição subliminar nas decisões internas junto aos membros, na condução da escolha e divisão distrital das igrejas para a efetiva campanha e eleição.

Os espaços midiáticos para estes vereadores servem apenas para consolidar a credibilidade deles já conquistada nas pregações do altar.

Mas para outros vereadores, a mídia é decisiva para sua reeleição, a população ao ver as ações de vereadores através dos veículos de comunicação, muitas vezes convence o público em geral a votar no candidato.

A mídia dá uma grande visibilidade ao político, se o candidato tiver um discurso que atrai a população, os veículos de comunicação podem ser uma valorosa maneira de propagar essa mensagem ao maior número de pessoas possíveis.

5.1 A CONEXÃO POLÍTICA COM A IGREJA

Desde que se elegeram pela primeira vez para o mandato eletivo, os vereadores evangélicos fizeram forte campanha nas igrejas. Igrejas essas, de suas confissões ⁸. O processo de escolha se dá de várias formas e maneiras (esse processo não é institucionalizado, normatizado e legalizado dentro dos fóruns decisórios, é informatizado, não querendo afirmar que, não funcionem normatizada mente). A questão é que, não há nada legal, no âmbito institucional, que legitime o processo de escolha. A forma é monocrática na IURD, na IEQ, Colegiada na Assembleia de Deus. Colegiada devido à participação decisória dos pastores coordenadores de áreas que têm, sob sua jurisdição, os pastores distritais que, por sua vez, administram os pastores locais.

Mas, diferentemente das demais Igrejas abordadas, a Assembleia de Deus, não possui uma dinâmica política que possibilite afirmar com segurança a efetividade de suas escolhas colegiadas.

A observância se dá, devido à fragilidade de suas decisões e à falta de uma ação efetiva de comprometimento de líderes as orientações do colegiado. É fatos essa situação observada a partir do que ocorreu internamente, nas eleições de 2008. O colegiado de Coordenadores não foi convocado para fazer o plebiscito interno, para a escola do ou dos candidatos ao cargo proporcional.

8

Esse vácuo decisório levou a Igreja a se dividir em várias facções políticas internas, comandadas ora pelos coordenadores de áreas, ora pelos distritais e, na ponta das decisões, o pastor local que, ao se comprometer com determinados candidatos, não seguiu as orientações dos distritais que, em consequência da falta de decisão superior, não apoiaram os candidatos dos coordenadores. Segundo informações empíricas, o presidente da igreja Assembleia de Deus em Belém, Pastor Samuel Câmara, deliberadamente permitiu que, assim ocorresse, para mostrar, segundo pastores ligados ao presidente, a desarticulação e, conseqüentemente, a incapacidade de eleger os candidatos da Igreja sem a devida intervenção do Colegiado e a obediência dos demais pastores a orientação desse coletivo.

É fatos que, sem a ação decisiva do Colegiado, a Igreja Assembleia de Deus com mais de 100 mil membros⁹ inscritos no rol da Igreja e, mesmo assim, segundo o Pastor Samuel Câmara, não elegeu nenhum candidato. Essa afirmação, segundo os pastores ligados a coordenação, mostrou a incapacidade da Instituição, sem uma organização decisória centralizada, fazer valer sua força e influência na sociedade, elegendo seus representantes.

A questão posta remete à história da própria Igreja. Em 1974, sem a menor condição de intervir no processo decisório na arena política, consegue eleger o Pastor português (naturalizado brasileiro), ao cargo de Deputado Estadual e reelegeu por mais dois mandatos.

Em seguida, consegue eleger para vereador, o presbítero Sebastião Bronze que, com sua atuação, se reelege por mais dois mandatos consecutivos. Suas relações com a Igreja possibilitaram as suas reeleições. Relação essa, ligadas às demandas pontuais com os pastores. É observada essa forma de atuação, hoje, dentro da estrutura eclesiástica local. O pastor passa a ser a ponte intermediária entre o parlamentar e a base eleitoral, a igreja.

Observou-se ainda que, a forma de interação dos vereadores evangélicos com suas igrejas está ligada às assistências sociais e às demandas que vem das mesmas através de seus pastores, como por exemplo: ajuda para realização dos congressos de senhoras do círculo de oração deste a confecção das roupas até o pagamento das passagens dos pregadores para o evento.

⁹

Não é diferente para com o Congresso dos jovens e com a Escola Bíblica de Férias (EBF). Parcela de contribuição para o evento, seja em passagens aérea ou hospedagens em hotéis, ou, em certos casos, intermediar junto ao prefeito, passagens aéreas, locação de ônibus para viagens para Convenção Estadual ou Nacional. Essa relação permite com que os vereadores mantenham laços afetivos/religiosos com sua comunidade que possibilitam sua reeleição.

Não foi observada, no processo de pesquisa junto aos membros das igrejas identificadas nesse trabalho, a forte atuação dos vereadores em conexão com suas igrejas. Não se observou ao longo da pesquisa, trabalhos efetivos de cunho social impactante com suas bases. Isso demonstra claramente que, não há um vínculo efetivo do vereador em produção parlamentar do seu mandato com as demandas das suas igrejas. Sua atuação está desvinculada do processo de dependência religiosa, por isso, sua produção, muitas das vezes, sem conexão com a instituição. Não se percebeu nenhuma relação de produção efetiva. O que nos leva a crer que, a despeito do trabalho social que eles desenvolvem não se estabelece produção propositiva com a instituição eclesial. Isso abre uma lacuna de relação e dependência política que se percebe com a instituição religiosa – Igreja.

5.2 O VEREADOR ORIVALDO PINHEIRO

Apesar de 04 (Quatro Mandatos) consecutivos, sem produção legislativa, não é possível afirmar que esta foi a responsável pelo seu sucesso nas reeleições, pelo contrário, aqui fica Cristalino, que outras variáveis explicam este sucesso:

Em 1993, após a posse, e ao longo de todo o ano, o Vereador Orivaldo Pinheiro teve uma produção legislativa baixíssima e somente aprovou um Projeto de Lei (PL). De 1994 a 2008, período em que alcançou as reeleições, exceto a de 2008, sua produção legislativa foi extremamente insignificante do ponto de vista social. Aprovou 18 Projeto de Lei ao longo de 14 anos no Legislativo Municipal. (DIÁRIO OFICIAL, 2012, p.3)

Na verdade, o sistema eleitoral deste Vereador está relacionado à sua conexão eleitoral com a hierarquia da Igreja Assembleia de Deus (Confissão Religiosa a qual pertence o Vereador) o que o mesmo prefere apoiar as ações determinadas pela Organização no Parlamento agindo como porta voz da Liderança nos assuntos

pertinentes aos interesses da Igreja do que, efetivamente, trabalhar em prol da sociedade com projetos de relevância social.

Outra variável determinante para as suas reeleições, foi a forte ligação que o mesmo possuía junto ao Deputado Federal, na época, Raimundo Santos, que por sinal, são concunhados. Essa aproximação dava ao Vereador uma vantagem expressiva sobre os demais concorrentes da Igreja. Essa aproximação garantiu-lhe a possibilidade de indicação e aprovação pela liderança da Igreja para sua candidatura e, por conseguinte, suas reeleições.

O eleitor ligado a Igreja, por mais que tenha a consciência da importância do voto, se condiciona a orientação dos pastores e líderes para a votação em seus representantes. Esse fiel vota de acordo com as orientações emanadas da hierarquia religiosa de sua confissão (Igreja):

Em sua maioria, principalmente nas Igreja Pentecostais e Neo-pentecostais como Universal do Reino de Deus (IURD), Igreja do Evangelho Quadrangular e Assembleia de Deus), seguem a orientação, na hora do voto, do líder eclesiástico, ao afirmar: “crente vota em crente”. Dessa forma, fica explícito o grau de dependência do eleitor as ordens emanadas de sua liderança. Com a forte possibilidade de eleição e reeleição do indicado pela hierarquia confessiona (informação verbal).¹⁰

5.3 AO COMPARAR A ATUAÇÃO DO VEREADOR PASTOR EVEREALDO MOREIRA

Com três (03) reeleições, sua produção legislativa e sua atuação parlamentar, conclui-se que o referido parlamentar, não teve nenhuma ligação com as bases eleitorais no que diz respeito a relação de atuação política. A força de sua reeleição estava condicionada ao apoio que lhe era prestado pela direção da Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) na pessoa do seu líder maior, o atual Deputado Federal, Josué Bengston. O processo de escolha dos candidatos na IEQ, não passa pela votação interna. A escolha é feita autocraticamente, sem a participação dos membros. Após escolhidos, eles são apresentados aos líderes das igrejas e, por conseguinte, os membros já condicionando o voto.

A escolha do vereador não passa pela vontade geral dos membros. Os mesmos não opinam e nem são consultados para a escolha. Por isso, a produção legislativa sofrível do vereador Everaldo Moreira, com 01 (um) Projeto de Lei aprovado ao longo de seis anos (1990 a 1996) de mandato, não

¹⁰

Pesquisa empírica pelo autor

fez diferença para sua eleição. Somente em 1996, ele não conseguiu reeleger-se. Vindo novamente em 2000 e reelegendo-se em 2004 com a força dos líderes, mas, com baixíssima produção legislativa. Em oito anos, aprovou somente 10 Projetos de Lei (informação verbal).¹¹

5.4 NÃO É DIFERENTE A ATUAÇÃO DO VEREADOR PAULO QUEIROZ

Como os demais vereadores evangélicos, sua atuação como parlamentar deixa muito a desejar. Os gráficos de produção legislativa demonstram claramente o que estamos nos referindo. Eleito em 1996, tomando posse em 1997 para o seu primeiro mandato, Paulo Queiroz, conhecido como Pastor Paulo Queiroz, membro da IEQ, com um programa de rádio na FM liberdade, mantém um público cativo as suas prédicas eclesiais e, dessa forma, cativa e mantém uma multidão ligada direta e indiretamente a ele.

Mas não é essa forma que ele estabelece para o processo de reeleição. Sem o apoio incondicional do Líder maior, Pastor Josué Bengston, sua reeleição se tornaria impossível. Desta forma, a produção legislativa pouco influencia no processo eleitoral. A Conexão eleitoral dele, não está na rádio ou nas prédicas que utiliza em seus cultos e, sim, no apoio do líder hierarquicamente superior e centralizador. Isso é caracterizado pelo grau de produção legislativa baixíssima, como mostra o quadro abaixo:

Eleito em 1996, o Vereador Pastor Paulo Queiroz, ao longo do seus 11 anos de mandato na Câmara de Vereadores de Belém, até a presente data, aprovou somente 19 projetos de lei, que teve média repercussão social. Isso mostra claramente que, à sua conexão eleitoral está intimamente relacionada a dependência hierárquica da Liderança da Igreja (informação verbal)¹²

5.5. Os vereadores Raul Batista e Bispo Rocha, todos dois ligados a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), um, eleito em 2000 (Raul Batista) o outro eleito em 2004 e reeleito em 2008, Bispo Rocha, seguem a forma comum dos demais vereadores evangélicos. Todos, sem exceção, são escolhidos pela Liderança da Igreja. No caso desses vereadores, eles foram escolhidos pelo Bispo responsável pela Igreja no Estado. Escolhidos, todos os pastores são obrigados a apoiá-los em suas Igrejas (IURDs). Como foram indicados dois candidatos, dividiram-se as Igrejas por regiões, ficando a região

¹¹ Entrevista do autor com os pastores da IEQ.

¹² Arquivo da Câmara Municipal de Belém.

com o maior número de Igreja apoiando o pastor Raul Batista e, as demais, apoiando o Bispo Rocha. Como os demais vereadores citados, os mesmos não têm ligação direta com os membros e, por isso, não apresentam uma produção legislativa pertinente ao cargo para o qual foram escolhidos.

Tanto o Pastor Raul Batista quanto o Bispo Rocha, no exercício do mandato, apresentaram baixa produção legislativa. O Pastor ao longo dos 08 (Oito) anos de mandato, apresentou somente 13 (Treze) Projetos de Lei e o Bispo Rocha, somente 01 (Um) Projeto de Lei ao longo do mandato. Em 2008, ano em que se reelegeu, não teve nenhuma produção legislativa. (informação verbal)¹³

Ao analisar o resultado da taxa de reeleição dos vereadores de Belém, com uma reeleição em torno de 09 vereadores, percebeu-se uma variação na ordem de 30% em 1992 (Quadro Gráfico abaixo), Em 1996, 10 (Dez) vereadores conseguiram se reeleger. Taxa de reeleição foi de 33%, em 2000, 10 (Dez) vereadores conseguiram renovar o seu mandato, repetindo-se o percentual de 33%. Novamente em 2004, o número de vereadores reeleitos foi de 19 (Dezenove), com uma taxa de reeleição de 63%. No ano de 2008, a Câmara Municipal já tinha aumentado o número de vereadores de 33 para 35. Neste mesmo ano, houve um número de 16 (Dezesseis) vereadores que conseguiram renovar o mandato, reelegendo-se, perfazendo um total de 57%¹⁰.

Fica claro que, do ano eleitoral de 2004 até o ano eleitoral de 2008, houve um aumento na taxa considerável na taxa de reeleição. Neste conjunto de vereadores, estão incluídos os vereadores católicos e evangélicos.

¹³

Dados empíricos do Autor.

6 POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO E ORIENTAÇÃO RELIGIOSA

Cada vereador analisado, de diferente agremiação política, demonstrou independência nas suas convicções e posicionamentos ideológicos. Cada decisão tomada é pautada na sua própria convicção e análise consequencial mesmo que a matéria a ser votada, tenha certa conexão com suas convicções religiosas, eles se mantêm fiéis as suas convicções. Mas, boa parte dos entrevistados não apresentou embasamento teórico para afirmar o seu posicionamento em questões ambíguas e triviais no Parlamento. Na análise da produção dos respectivos vereadores, verificou-se a total ausência de Projetos de Lei relacionados com suas denominações. De todas as proposições, não se achou nenhuma relacionadas às atuações da denominação.

O vereador Paulo Queiroz muitas vezes votou com o governo e deixou de votar com as aspirações da base. É perceptível o distanciamento de algumas lideranças de seus pastores, por entenderem que o pastor manda na Igreja e não no parlamento, representado pelos EDIS¹⁴. A Igreja orienta superficialmente o seu representante.

Não há um estudo eficaz para tratamento das atuações dos parlamentares e patrulhamento do seu potencial teórico. Na questão de votação em plenário, as posições são divergentes e muitas vezes não concordantes. A partir das entrevistas realizadas com os vereadores evangélicos e da observação que se seguiu a elas avaliamos que:

a) Os parlamentares argumentam que votam juntos somente nas temáticas que classificam como “éticas” ou “morais”. No que tange à temáticas municipais, mas que não sejam polêmicas nas áreas destacadas dizem, alguns deles, seguir a orientação de seus partidos.

No posicionamento religioso, a maioria defende as questões ligadas a igreja que representam e votam em bloco quando a proposição afeta, direta ou indiretamente suas consciências. Nos debates acalorado sobre a questão de gênero (homofobia), aborto, temas que afetam diretamente o posicionamento das igrejas, a tendência de cada um é votar em bloco.

Em alguns casos, votam conforme entendem o cunho da matéria. Não foi observada, na pesquisa empírica, nenhuma determinação explícita das Igrejas Evangélicas com relação ao procedimento parlamentar de seus representantes, mesmo porque, na maioria das vezes, a igreja não está presente na vida parlamentar de seus

¹⁴ EDIS – Nome que se intitula um vereador

vereadores. Isso se reflete ao longo do mandato e não é possível fazer a associação de seu posicionamento individualizado com conexão a sua denominação eclesiástica.

No caso dos vereadores da IURD, os dois, Pastor Raul Batista e Bispo Antonio Rocha, seguem as orientações do Bispo Regional que, determina o posicionamento dos representantes que, obedecem sem questionar. O motivo desse comportamento está intimamente ligado à dependência do voto atrelado ao cabresto religioso. “É intimamente ao imaginário obsessivo: Deus mandou votar nesse candidato da Igreja para representá-la contra os ímpios que nos combatem.” Esse discurso é incorporado na atuação parlamentar e lhes garantem a permanência no Parlamento.

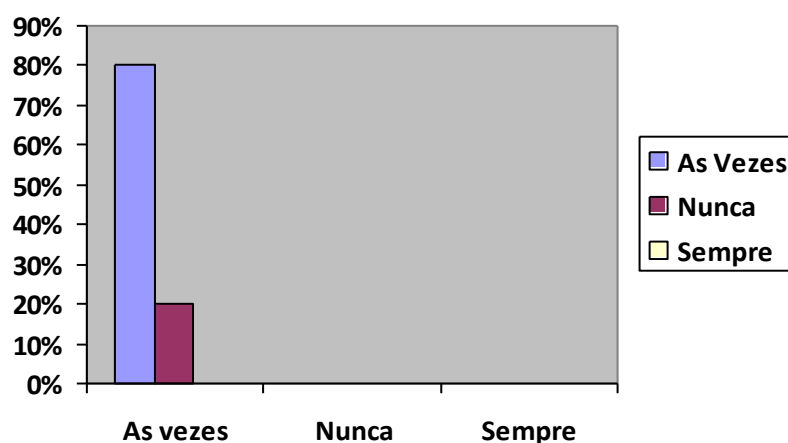
Os demais vereadores evangélicos, têm tido um comportamento religioso discreto. Não se sabe, com base na observação da atuação dos mesmos no Parlamento, se o posicionamento é uma estratégia para receber apoio em suas intervenções ou, se não que se expor religiosamente com suas manifestações ideológicas para não ser taxado como radical religioso. É importante chamar atenção para o fato de que dentre os integrantes da bancada evangélica há muita distinção quanto à condução de seus mandatos. Para os que formaram sua base e/ou tiveram suas candidaturas forjadas nas igrejas, a atenção maior é para a comunicação com essa base a fim de viabilizar segundos e terceiros mandatos.

Há igrejas que, ainda que tenham sido a base de sustentação para a formação da liderança parlamentar, têm pouco controle do mandato. Dentre as que mais conseguem um diálogo e compromissos do parlamentar estão a IURD, AS e a IEQ. Dentre os Adventistas, por exemplo, há pouco diálogo entre o parlamentar e lideranças religiosas adventistas, ou melhor, há menos influência de um sobre o outro, segundo foi possível observar! Além da diferença em termos da denominação a qual o parlamentar está vinculado, tem ainda a diferença, em termos, da própria trajetória política.

7 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PARLAMENTARES REELEITOS

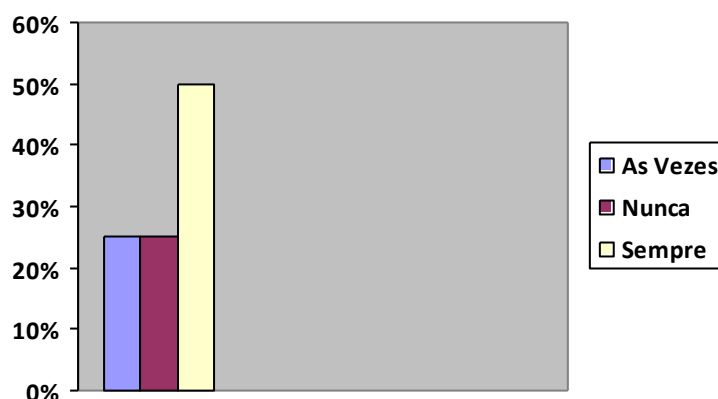
De acordo com os dados colhidos, por meio de questionários respondidos por quatro dos cinco parlamentares estudados, obteve-se resultado relevante, pois se pode inferir algumas das observações feitas do que Mayhew acredita ser o os elementos facilitadores para a reeleição. Sobre a publicidade de seu mandato: detectou-se que dois dos quatro vereadores entrevistados tem como hábito utilizar a mídia televisiva. A maioria dos entrevistados usa os meios de comunicação mantidos pelas suas respectivas denominações para divulgar atividades parlamentares e outras ações.

Gráfico 1- Utiliza os meios de comunicação para divulgar a sua atuação



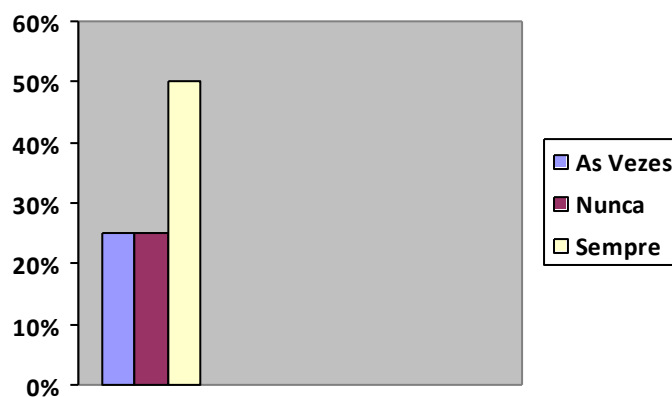
Fonte: Autoria própria (2012).

Cerca de 80% dos convidados as vezes utilizam os meios de comunicação para divulgar suas atuações na Câmara Municipal e 20% não fazem uso desse instrumento midiático.

Gráfico 2- Utiliza Meios Institucionais da Câmara Municipal Para Divulgar a Sua Atuação?

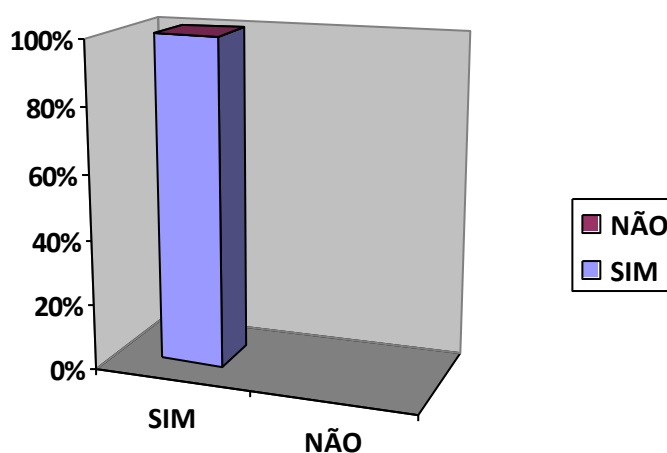
Fonte: Autoria própria (2012).

Na utilização de meios institucionais para divulgação de trabalhos parlamentares, 50% dos vereadores pesquisados informaram que usam a mídia escrita para divulgar seus trabalhos, 25% não faz uso desse instrumento e 25% às vezes utilizam.

Gráfico 3- Mantém Assessoria de Comunicação?

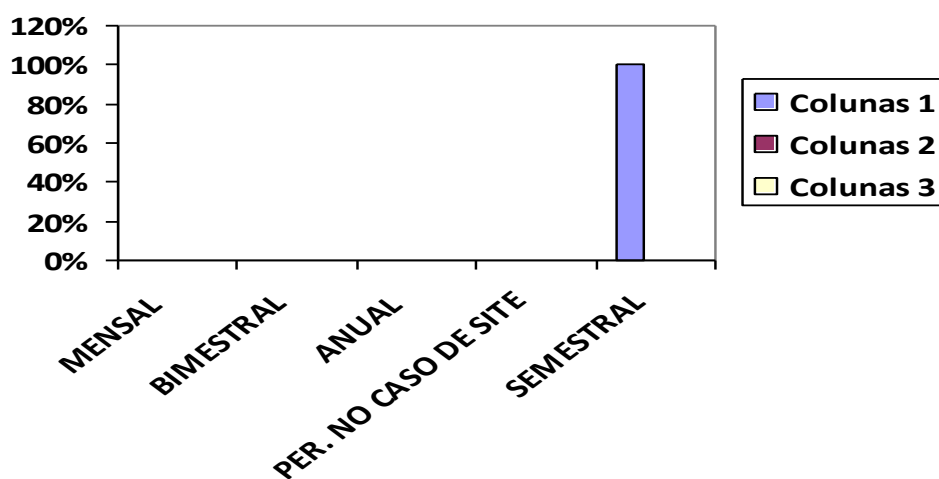
Fonte: Autoria própria (2012).

No caso de utilizar assessoria de Comunicação no exercício do mandato, 50% dos entrevistados informaram que possui e 50% informaram que não possui assessoria de comunicação.

Gráfico 4- Produção de Material Fora do Período Eleitoral

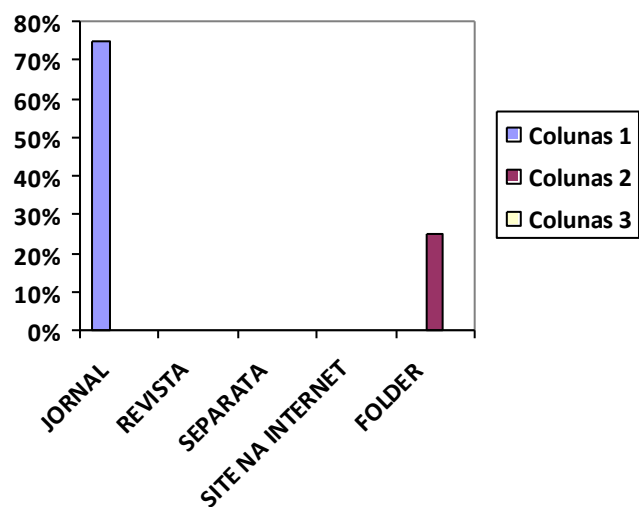
Fonte: Autoria própria (2012).

Na produção de material de divulgação dos trabalhos parlamentares, 100% dos entrevistados afirmaram que utilizam desse expediente.

Gráfico 5- Qual A Periodicidade?

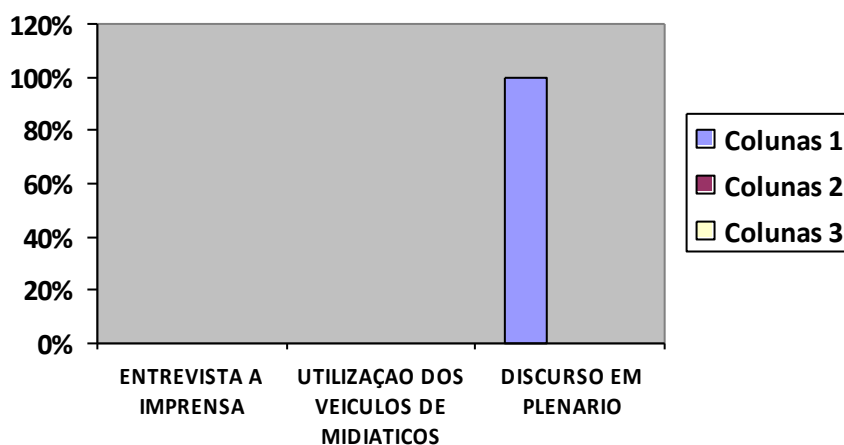
Fonte: Autoria própria (2012).

Na produção de material de divulgação dos trabalhos parlamentares, 100% dos entrevistados, afirmaram que utilizam desse expediente semestralmente.

Gráfico 6- Que tipo?

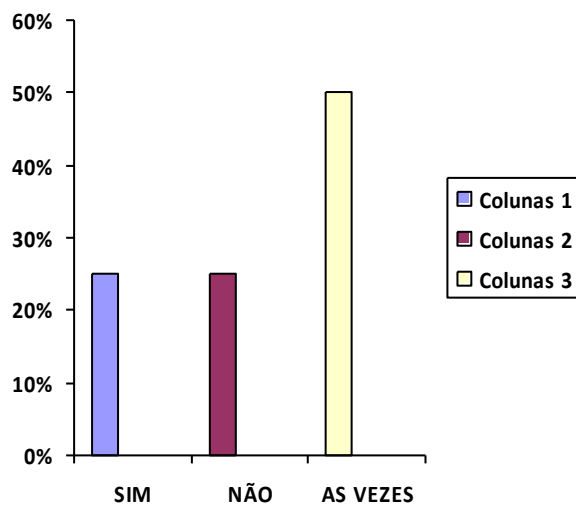
Fonte: Autoria própria (2012).

Os 75% dos entrevistados afirmaram que utilizam o jornal como instrumento para divulgação de seus trabalhos parlamentares e 25% utilizam folders.

Gráfico 7- Nos temas polêmicos, qual o seu posicionamento ?

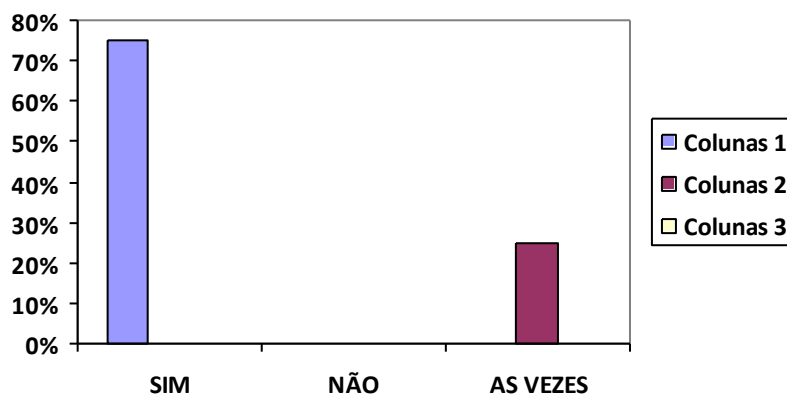
Fonte: Autoria própria (2012).

Nas questões polêmicas em discussão na Câmara Municipal, 100% dos entrevistados afirmaram que demonstraram seu pensamento e posicionamento, através de discurso em plenário.

Gráfico 8- Posicionamento é de acordo com o partido ?

Fonte: Autoria própria (2012).

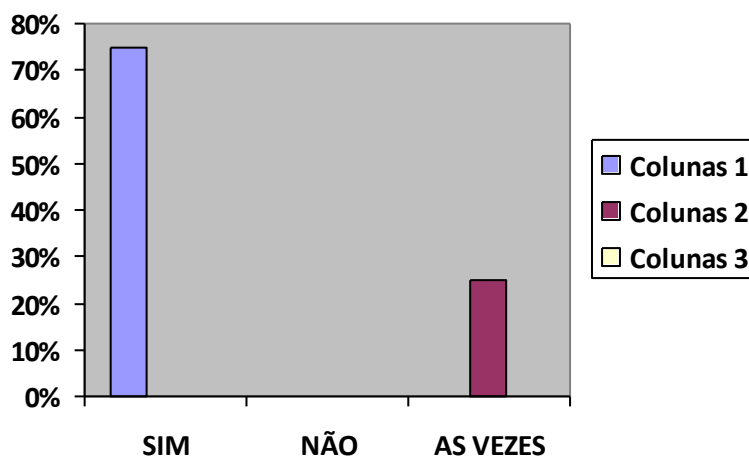
Nos temas polêmicos, 50% dos entrevistados afirmaram que se posiciona as vezes com o partido, 25% disseram que não seguem o posicionamento do Partido e, 25% nunca seguem o posicionamento do partido.

Gráfico 9- Procura saber a opinião do eleitor e da igreja nos temas polêmicos?

Fonte: Autoria própria (2012).

Nos temas polêmicos 75% dos entrevistados afirmaram que procura saber a opinião do eleitor ou ouve sua igreja. 25% afirmam que fazem as vezes essa consulta.

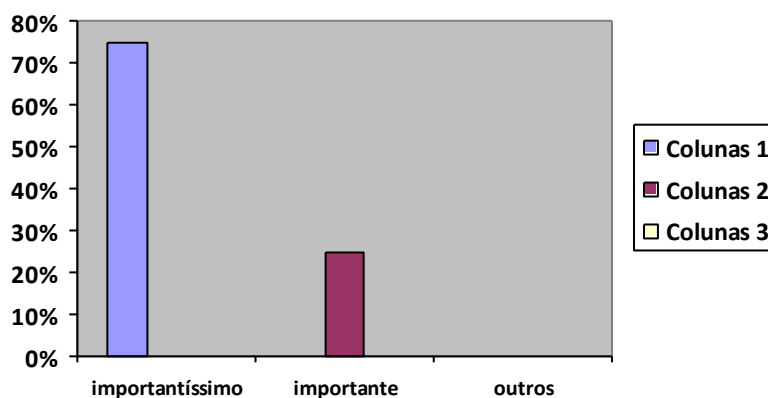
Gráfico 10- Nesses temas, segue a sua própria opinião.



Fonte: Aatoria própria (2012).

Nas questões polêmicas como religiosidade ou temas conflituosos, 75% dos entrevistados disseram que seguem sua própria opinião e 25% afirmam que as vezes utilizam sua opinião.

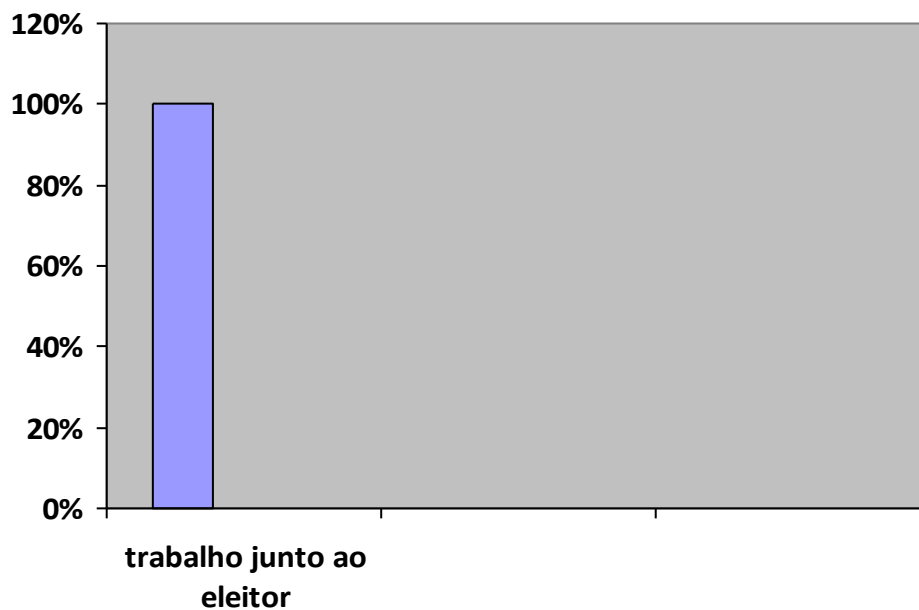
Gráfico 11- Qual é sua atuação para buscar verbas públicas para o município?



Fonte: Aatoria própria (2012).

Na busca de verbas públicas para a base municipal, 75% dos entrevistados afirmaram ser muito importantíssimo e 25% disseram ser importante.

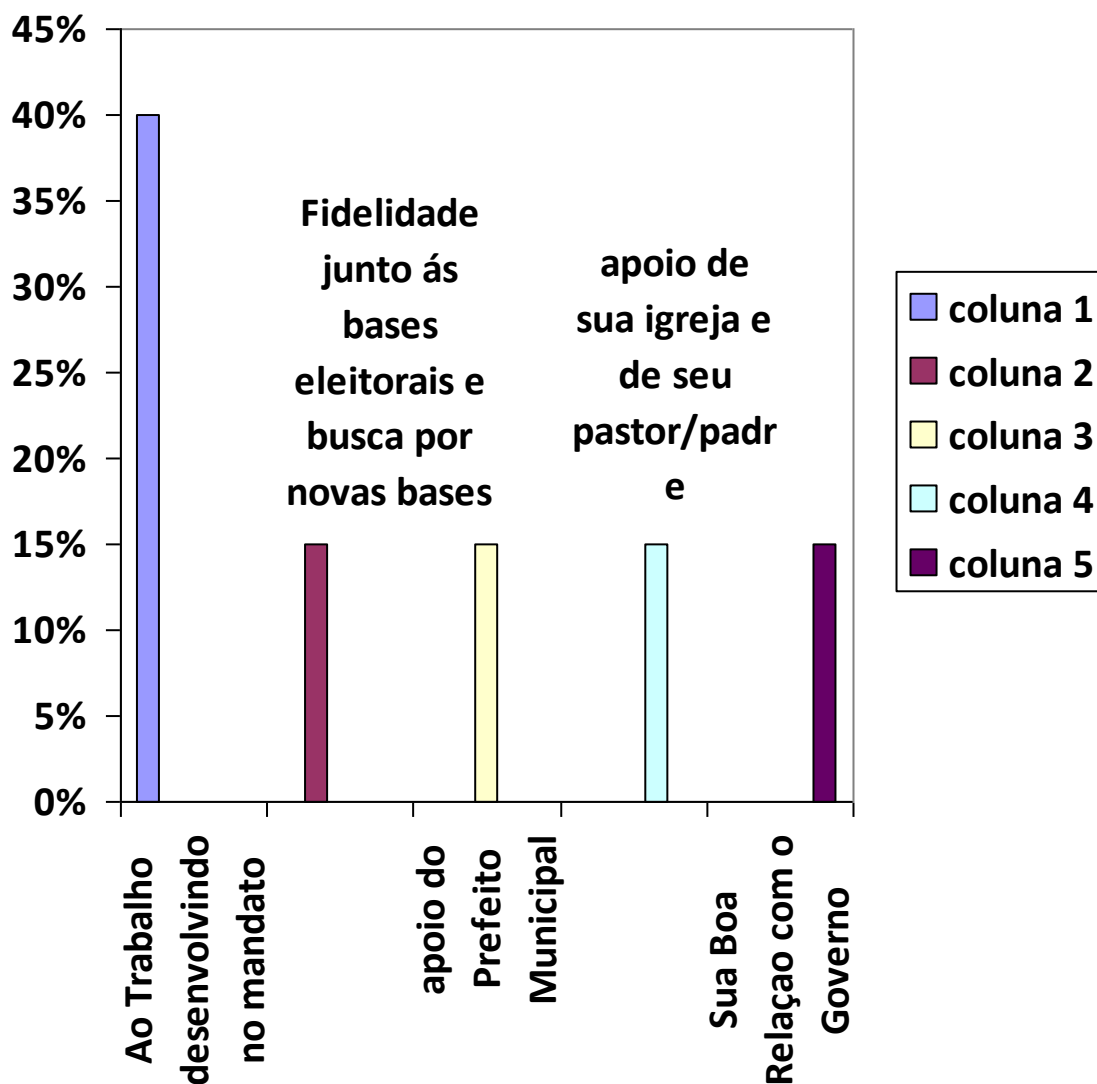
Gráfico 12- Quanto ao financiamento de sua campanha, o senhor acredita que o mais rentável para a sua reeleição é o trabalho durante o mandato ou a injeção de capital junto ao eleitorado ?



Fonte: Autoria própria (2012).

Para garantir a reeleição na disputa eleitoral, 100% dos entrevistados afirmaram ser rentável o trabalho durante todo o mandato independente do financiamento.

Gráfico 13- O que o senhor atribui a sua reeleição?



Fonte: Aatoria própria (2012).

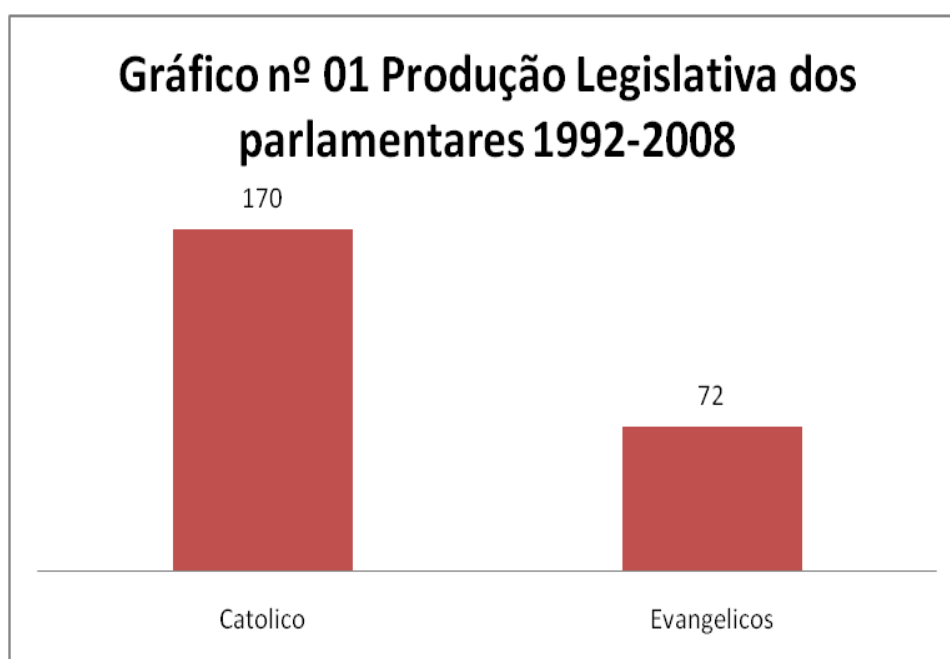
Cerca de 40% dos entrevistados afirmaram que desenvolve um trabalho do mandato juntos as bases eleitorais. 15% são fiéis as suas bases eleitorais; 15% recebem apoio dos prefeitos durante a campanha; 15% disseram que recebem apoio de suas igrejas e líderes; 15% afirmaram que mantém uma boa relação com o governo.

Tabela 1- Da produção legislativa dos parlamentares evangélicos

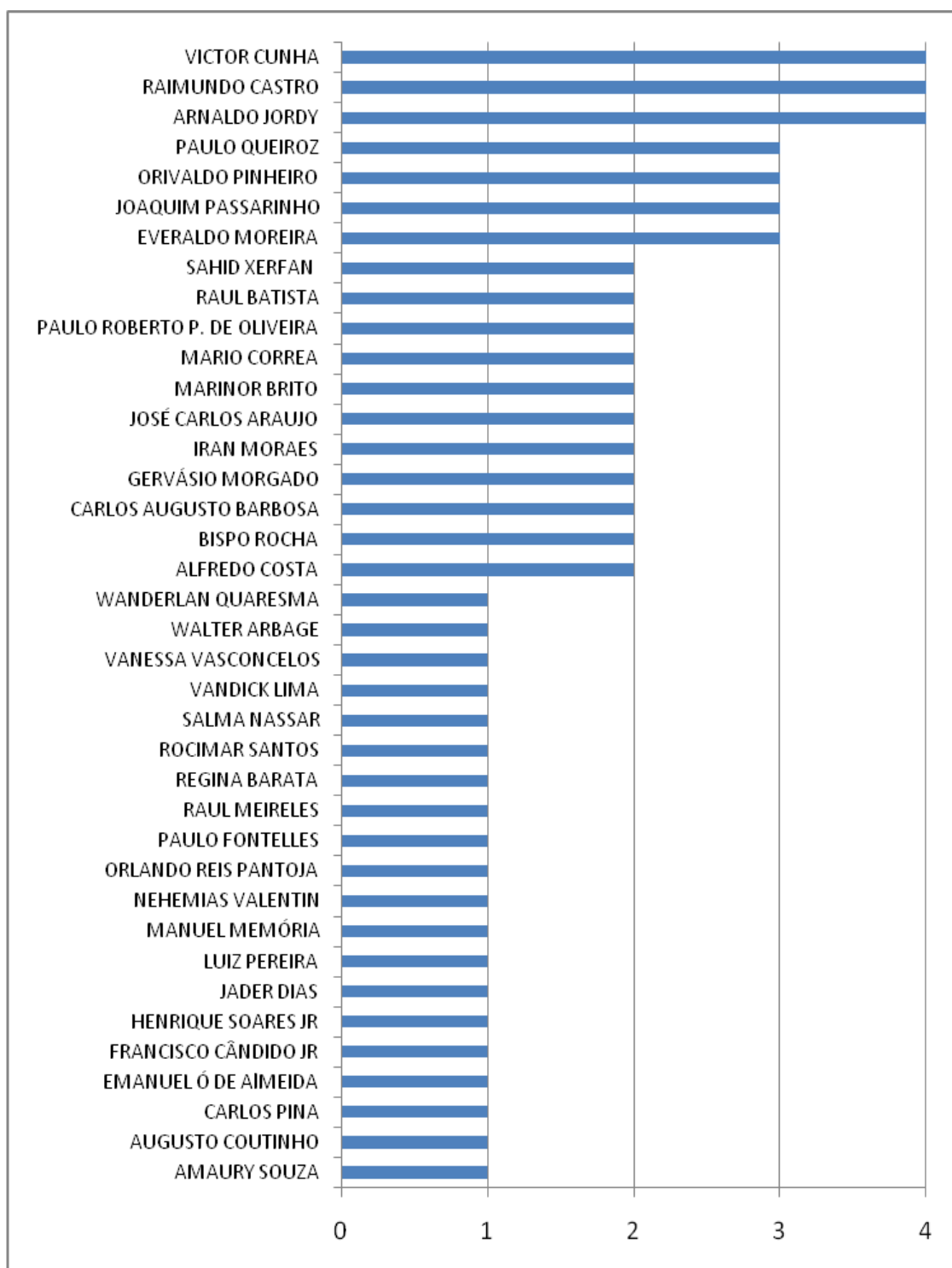
Produção legislativa na CMB por religião 1992-2008

Religião	Frequência	
	cia	%
Católico	170	70%
Evangélicos	72	30%
Total	242	100%

Fonte: Autoria própria (2012).

Gráfico 14- De Reeleição dos Vereadores de 1992 A 2008

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal

Tabela 2 - De quantidade de reeleição

VEREADOR	QUANTIDADE	%
ÚNICA ELEIÇÃO	20	53%
ÚNICA REELEIÇÃO	11	29%
DUAS REELEIÇÕES	4	11%
TRÊS REELEIÇÕES	3	8%
TOTAL	38	100%

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Belém

Tabela 3- Vereadores Pesquisados

Rótulos de Linha	Soma de Nº DE REELEIÇÃO
ALFREDO COSTA	2
AMAURY SOUZA	1
ARNALDO JORDY	4
AUGUSTO COUTINHO	1
BISPO ROCHA	2
CARLOS AUGUSTO BARBOSA	2
CARLOS PINA	1
EMANUEL Ó DE AIMEIDA	1
EVERALDO MOREIRA	3
FRANCISCO CÂNDIDO JR	1
GERVÁSIO MORGADO	2
HENRIQUE SOARES JR	1
IRAN MORAES	2
JADER DIAS	1
JOAQUIM PASSARINHO	3
JOSÉ CARLOS ARAUJO	2
LUIZ PEREIRA	1
MANUEL MEMÓRIA	1
MARINOR BRITO	2
MARIO CORREA	2
NEHEMIAS VALENTIN	1
ORIVALDO PINHEIRO	3
ORLANDO REIS PANTOJA	1
PAULO FONTELLES	1
PAULO QUEIROZ	3
PAULO ROBERTO P. DE OLIVEIRA	2
RAIMUNDO CASTRO	4
RAUL BATISTA	2
RAUL MEIRELES	1
REGINA BARATA	1
ROCIMAR SANTOS	1
SAHID XERFAN	2
SALMA NASSAR	1
VANDICK LIMA	1
VANESSA VASCONCELOS	1
VICTOR CUNHA	4
WALTER ARBAGE	1
WANDERLAN QUARESMA	1
Total geral	66

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Belém

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reeleição dos parlamentares evangélicos e não evangélicos demonstra algumas peculiaridades que não se mostra no cenário comum da arena eleitoral. Uma delas é a forma como se chega ao Parlamento. No caso dos evangélicos, foi percebida a forte relação de dependência entre o parlamentar e a sua comunidade no processo eleitoral. A Igreja se torna a base de sustentação para lograr êxito eleitoral. Não se detectou, no processo de atividade parlamentar, nenhuma conexão entre essa dependência e a reeleição. No parlamento, a atuação é mais independente e não tão atrelada a comunidade evangélica no processo produtivo. Mostrou-se, de certa forma, uma desconexão. Não há relação de dependência no processo de ação parlamentar com a Igreja. O que se observou foi a presença do representante institucional no Parlamento para defender posicionamentos ideológicos da Igreja que, de certa forma, são pilares na sua condução, como por exemplo: defesa contra o aborto, contra o casamento homoafetivo, a educação sexual, etc. ou seja, os parlamentares não estariam no Parlamento representando os interesses públicos, nem a cidade e nem os bairros onde eles residem, mas interesses da cúpula da Igreja, que precisaria do parlamento para garantir a defesa dos seus dogmas e confrontar a posição dos parlamentares laicos e de posições contrárias as suas ideologias.

A cúpula da Igreja Evangélica centraliza o parlamentar em temas relacionados ao dogma religioso; liberando-o para agir em outras questões conforme sua vontade, sem necessariamente prestar contas de suas ações de acordo com sua consciência. Não se vislumbra nessa ação, que a Igreja procura receber favores dos governos, seja ele quem for. É certo que, no campo da subliminarietàade, as coisas podem acontecer. Há casos específicos como: legalização de obras, autorização de utilização de espaço público para eventos, etc. têm a interferência do parlamentar.

Uma segunda questão que se destaca nessa análise é que, no processo da reeleição, comparando o parlamentar não evangélico, ele necessita realizar obras (o eleitorado vê o vereador como um executivo), levar serviços, recursos diferentemente do parlamentar não evangélico. No caso do Evangélico, sua reeleição não está atrelada a sua atuação parlamentar que, se mostrou aquém do parlamentar não evangélico, e não depende da produção de serviços para a comunidade. Ele está ligado à cúpula da igreja a que pertence e, a ela, subordinado, obedecendo à orientação do Líder Religioso, votando contra nas questões que vão de encontro com os interesses da Igreja local. Essa

subordinação lhe garante o apoio necessário para sua eleição e reeleição, pois, o eleitorado da igreja vota naquele que a liderança determinar e, esse voto é fidelizado.

Nesse sentido, a diferença competitiva da reeleição entre as duas categorias se dá, de modo empírico, através da independência para com o eleitor, que não cobra os serviços condicionados ao voto, como ocorre com o parlamentar não evangélico. No caso do não evangélico, ele precisa, na arena política, para garantir sua reeleição, utilizar o sistema de política distributiva (Pork Barrel) que estabelece o vínculo da política do favorecimento. Uma terceira questão diz respeito às características da atuação na base, voltadas para os assuntos concernentes à atuação parlamentar. A conclusão maior deste trabalho é que ambas as dinâmicas tem relevância nas eleições para o legislativo, no entanto, no que tange aos recursos oferecidos pelo o cargo de vereador, a preocupação com a distribuição de benefícios particularizados se sobrepõe à outras atividades legislativas. Nesta análise comparativa entre distintas atividades desenvolvidas pelo parlamentar nas suas chances de reeleição, há fortes indícios de que a dinâmica política local parece orientar sua participação na Câmara Municipal, ao invés de assuntos com o escopo de sua própria base. A atuação do parlamentar candidato à reeleição é mais influenciada pelas demandas locais no caso dos vereadores não evangélicos que não tem sustentação institucional (Igreja) para lhe garantir a reeleição com tranquilidade. Contudo, devido às limitações na operacionalização de algumas variáveis e pelo próprio desenho do modelo de pesquisa, que permitiu apenas a avaliação dos efeitos diretos das atuações independentes no sucesso eleitoral, os resultados obtidos não devem ser vistos como definitivos. Há ainda, necessidade de mais detalhadamente explorar a relação entre as variáveis independentes, desenvolvendo modelos que avaliem a existência de efeitos indiretos e, que, permitam avaliar causalidades recíprocas. As ações analisadas no caso dos vereadores evangélicos e não evangélicos, em Belém são distintas e ao mesmo tempo, variáveis.

Um exemplo da necessidade de um desenho de pesquisa mais complexo, como afirma Rennó, (2001): “é o resultado oferecido pelas políticas distributivas, até certo ponto condicionadas pela distribuição espacial do voto, que pode ser indicio de efeitos diretos dessa prática para o processo eleitoral”. A atuação do vereador evangélico difere do não evangélico no que tange a relação de que o mesmo tem com sua igreja, mas especificamente, com sua liderança. Isso deixa claro o diferencial distinto do processo de reeleição para ele em detrimento aos não evangélicos que, para garantir a concentração do voto para a sua reeleição, precisa lançar mão de recursos pessoais ou

de emendas parlamentares para se fazer visível ao eleitorado. A utilização de verbas públicas (emendas parlamentares) ou pessoais pode servir para fortalecer coligações com lideranças locais e dessa forma indiretamente afetar o processo eleitoral. “como ocorre nos Estados Unidos, pork barrel talvez tenha impacto substantivo maior em reduzir a competição eleitoral e diminuir a vulnerabilidade dos candidatos à reeleição, dessa forma indiretamente afetando suas chances de reeleição” (RENNÓ, 2001).

É observado ainda que, a atuação e o desempenho do parlamentar na Câmara Municipal, mensurado através da frequência de sua presença, apresentação de projetos e posição hierárquica na casa, assim como sua atuação partidária, indicada por sua posição ideológica com base no partido de filiação que não interfere no interesse da base, no caso do evangélico e o número de mudanças de partido, não tem qualquer efeito em sua sorte eleitoral. O que o parlamentar faz ou deixa de fazer na Câmara tem impacto nulo nas eleições, com afirmou Rennó (2001). Tal achado é forte indicativo de que o processo de campanha eleitoral prévio às eleições, parece ser mais relevante e ao mesmo tempo, diferenciado.

Na comparação entre as atuações no parlamento, no que diz respeito à produção legislativa, foi notado a grande distancia entre os vereadores não evangélicos dos evangélicos. Baixíssima produção se observou nos parlamentares evangélicos, demonstrando, claramente que, sua permanência no parlamento, está voltada para atender aos interesses de suas respectivas denominações de forma direta e, que, não há muito interesse para com as questões sociais que envolvem a comunidade como um todo. Há, na verdade, pontuações localizadas de projetos de lei, mas sem muita expressividade social. Reforça-se claramente, a ideia de que a sua reeleição foi condicionada a obediência as ordens de seus líderes religiosos e, nessa condição, atuam para beneficiar, com projetos, suas denominações religiosas.

Dentro desse contexto de atuação, não foi identificado a manifestação de apoio ou repúdio ao parlamentar evangélico nas suas manifestações em plenário ou na defesa de proposições divergente da concepção ideológica. A questão maior é que, o diferencial que distancia a reeleição do parlamentar não evangélico do evangélico, é o seu atrelamento as ordens da sua igreja e os votos de cabrestos por determinação do Bispo, Pastor ou apóstolo das suas respectivas denominações. Ao concluir essa dissertação, fica claro que, mesmos eleitos, os vereadores evangélicos, não demonstraram, ao logo da pesquisa, nenhuma atuação que respondesse o voto à eles outorgados. Estão, sim, como mero representante se suas denominações. Isso é um fato.

REFERÊNCIA

BELÉM. Câmara Municipal. 2012

BOUDON, R.; Bourricaud, F. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.

BERGER. Petter L. *O dossel sagrado*. Elementos para uma Teoria Sociológica da Religião. São Paulo, SP: Paulinas, 1985.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. *Reeleição Parlamentar: reflexões metodológicas e análise da câmara de vereadores de Pelotas*, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2007, 28 p.

BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. Reeleição para o executivo municipal no Brasil (2000-2008). *Art Pub, Revista debates*. Porto Alegre, 19 p. 2009.

CAVALCANTI, Robson. *Cristianismo e política. Teoria Bíblica e prática Histórica*. Rio de Janeiro: Vinde, 1988.

CONDE, Emilio. *A História da Igreja Assembleia de Deus no Brasil*. 2. ed., Rio de Janeiro: CPAD, 1992.

CANÇADO Paulo Lopes; ARAUJO JUNIOR, Ari Francisco de. *Economics and Politics: o que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais – 2000*. Minas Gerais: IBMEC, 2004, p. 40.

CAMPOS, Leonildo Silveira. 2006. De políticos evangélicos a políticos de Cristo: uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, Joanildo; ORO, Ari Pedro (Org.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2006.

CONRADO, Flávio César. 2000. *Cidadãos do reino de Deus: representações, práticas e estratégias eleitorais: um estudo da Folha Universal nas eleições de 1998*. Dissertação (Mestrado em sociologia e antropologia)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

COSTA, Ivanete de Araújo. *Conexão eleitoral [manuscrito]: a reeleição na Câmara dos Deputados e o perfil político dos parlamentares com oito ou mais mandatos consecutivos*. Brasília .CEFOP. 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos da teoria geral do Estado*. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2007, 314 p.

DIÁRIO OFICIAL. Belém: Câmara Municipal , 2012.

DURKHEIN, Émile. *Sociologia* (Org.) José Albertino Rodrigues. São Paulo: Ática, 1995.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1970.

DA SILVA, Virgílio Afonso. Partidos e Reforma Política- RERE . *Revista Eletrônica*, São Vador, n. 10, 2007.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil*. Da constituinte ao impeachment. Campinas: Unicamp, 1993.

FRESTON, Paul. Evangélicos na política brasileira. *Religião & Sociedade*. Rio de Janeiro, *Iser*, v. 16, n. 1-2, p. 26-44, 1992.

FERNANDES, Rubem César et al. Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política *In: _____*. *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da. *Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil: um estudo sobre a participação dos principais atores evangélicos na política (1998-2001)*. 2002. Tese (Doutorado em sociologia), Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2002.

FIORILLO, Paulo Roberto. A relação entre executivo e legislativo no governo petista de Marta Suplicy: 2001-2004. 2006. Dissertação (Mestrado), PUC-SP, São Paulo, 2006, 184 p.

HERMENS, Ferdinand. *Democracy and Anarchy: a study of proportional representation*, Notre Dame: University of Notre Dame Press. 1941.

LIPJHART, Arend: *Modelos de democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIMONGI, Fernando, FIGUEIREDO Angelina Cheibub. Partidos políticos na Câmara dos Deputados (1989/1994) *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 38-3, 1995.

LOPES, Felix G. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: O caso do município de Araruama. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, n. 22, p. 153-177, jun. 2004.

MAINWARING, Scott. Políticos, partidos e sistemas políticos. O Brasil numa perspectiva Comparativa. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 29, mar. 1991.

MAYHEW, D, *Congress: the electoral connection*. New Haven: Yale University Press, 1974.

MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política*. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, [1989?].

NICOLAU, Jairo Marconi. *Sistemas Eleitorais*. 5. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

NOVAES, Lucas, MATTOS, Enlison. O efeito da intenção de reeleição sobre gastos em saúde: uma análise com base no modelo de reputação política. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v.30, n.1, mar. 2010.

PEREIRA Carlos; RENNO Lucio. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. Art. Pub Michigan State University - MSU. Escola de Economia de São Paulo - EESP/FGV. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo v.27, n.4, oct./dec. 2007.

PORTALADVENTISTA. Disponível em: Disponível em: <<http://www.portaladventista.org/portal/asn>>> Acesso em: 25 maio, 2011.

SANTOS, Marcio Martins; SCHWEIG, Graziella Ramos. *Irmãos e companheiros: a campanha dos candidatos da igreja universal nas eleições 2004 em porto alegre*. Porto alegre: UFRGS-, 2004, p. 86. Art pub

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília, DF: J. Zahar: UNIB, 1982.

_____. *Engenharia Constitucional: como mudam as constituições*. Brasília, DF: UNIB, 1982.

SADEK, Maria Tereza. *Sistema partidário brasileiro: a debilidade institucional*. Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos, *Working Paper*, São Paulo, n.72, 1993

SILVA, Nilson Robson. *Reeleição: continuidade ou continuísmo?*. 2002. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2002.

SOUSA, Celina. *Federalismo e gasto social no Brasil: tensões e tendências*. *Lua Nova, revista de cultura e política*, 26 p, Rio de Janeiro. 2008

SAKURÁÍ, Sergio Naruhiko ; MENEZES FILHO, N. A. . Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. *Public Choice*, v. 137, p. 301-314, 2008.

TARSO, Saulo. Cerqueira batista. “Fora do Mundo” : dentro da politica. Identidade e “missão parlamentar” da Assembleia de Deus em Belém. Dissertação de Mestrado. UFPA, Belém-Pará. 2002. P.142

TAVARES, José Antonio Giusti. *Sistemas Eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições, estratégia*. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1994

ANEXOS

ANEXO A- Vereadores de 2008 com 06 Vereadores Evangélicos

Quadro 1 - Vereadores de 2008 com 06 Vereadores Evangélicos

PTB	05	PRB	02
PPS	02	PV	02
PSB	02	PR	03
PDT	02	PMDB	05
PT	05	PSDB	02
PP	02	DEM	03

Fonte: TSE – Eleição 2008

ANEXO B- Vereador e sua produção Legislativa nos mandatos

Quando 2- Vereador e sua produção Legislativa nos mandatos

ANO	VEREADOR	RPRODUÇÃO LEGISLATIVA NOS MANDATOS
1992/2008	ORIVALDO PINHEIRO	18 Projetos de Lei
1990/1996	EVERALDO MOREIRA	01 Projeto de Lei
2000/2008	EVERALDO MOREIRA	10 Projeto de Lei
2005/2008	BISPO ROCHA	01 Projeto de Lei
2001/2008	IRAN MORAES	24 Projetos de Lei
1997/2008	PAULO QUEIROZ	19 Projetos de Lei
1997/2008	RAIMUNDO CASTRO	27 Projetos de Lei
2001/2008	RAUL BATISTA	13 Projetos de Lei
2001/2008	SAHID XERFAN	15 Projetos de Lei
1989/1996	CARLOS AUGUSTO BARBOSA	10 Projetos de Lei
2005/2008	CARLOS AUGUSTO BARBOSA	07 Projetos de Lei
1997/2000	NEHEMIAS VALENTIN	09 Projetos de Lei
2005/2008	NEHEMIAS VALENTIN	03 Projetos de Lei

Fonte: Câmara Municipal de Belém (2011).

ANEXO C- Câmara de vereadores em 2004 possuía 33 cadeiras com os vereadores evangélicos

Quando 3- Câmara de vereadores em 2004 possuía 33 cadeiras com os vereadores evangélicos

PTB	03	PL	02
PPS	03	PV	02
PSL	01	PCdoB	01
PDT	03	PMDB	04
PT	07	PSDB	01
PP	01	PFL	03
PTB	03	PSB	01

Fonte: Câmara Municipal, Belém (2011).

ANEXO D- Vereadores Evangélicos, Partido E Igreja

Quando 4- Vereadores Evangélicos, Partido E Igreja

Raul Batista	PRB	Igreja Universal do Reino de Deus
Bispo Rocha	PSDB	Igreja Universal do Reino de Deus
Paulo Queiroz	PSDB	Igreja do Evangelho Quadrangular
Iran Moraes	PSB	Igreja Assembleia de Deus
Nehemias Valentin	PSDB	Igreja Adventista do 7º Dia
Orivaldo Pinheiro	PR	Igreja Assembléia de Deus

Fonte: Autoria Própria (2011).

ANEXO E- PARTICIPAÇÃO NA MESA DIRETORA OU EM CARGOS DE LIDERANÇA (número de vezes)

Quando 5- Participação na mesa diretora ou em cargos de liderança (número de vezes)

PARLAMENTAR	ARTIDO	MESA DIRETORA	LIDERANÇA PARTIDÁRIA	PRESIDENTE DE COMISSÃO
PAULO QUEIROZ	PSDB	-	1	3
RAUL BATISTA	PRB	2	2	2
IRAN MORAES	PSB	2	1	2
NEHEMIAS VALENTIN	PSDB	1	1	1
BISPO ROCHA	PSDB	1	1	2

Fonte: Câmara Municipal de Belém (2011).

ANEXO F-REELEIÇÃO DOS VEREADORES DE BELÉM 33 VEREADORES 1992-1994

Quando 6- Reeleição dos vereadores de Belém 33 vereadores 1992-1994

Nº	VEREADOR	PARTIDO
01	VICTOR CUNHA	PDT
02	ARNALDO JORDY	PCB
03	EMANUEL Ó DE AIMEIDA	PMDB
04	MANUEL MEMÓRIA	PFL
05	EVERALDO MOREIRA	PDC
06	JOSÉ CARLOS ARAUJO	PSB
07	PAULO ROBERTO P. OLIVEIRA	PTB
08	ROCIMAR SANTOS	PMDB
09	JOAQUIM PASSARINHO	PSD

Fonte: Diário Oficial da Câmara Municipal dos anos 1989 a 2008

Quadro 7- 1996-2000

Nº	VEREADOR	PARTIDO
01	JOSÉ CARLOS ARAUJO	PSDB
02	VICTOR CUNHA	PTB
03	AUGUSTO COUTINHO	PSDB
04	RAUL MEIRELE	PT
05	RAIMUNDO CASTRO	PDT
06	JADER DIAS	PSB
07	ARNALDO JORDY	PPS
08	JOAQUIM PASSARINHO	PPB
09	PAULO ROBERTO P. OLIVEIRA	PFL

Fonte: Diário Oficial da Câmara Municipal dos anos 1989 a 2008

Quadro 8 -2000 – 2004

Quando 8-º	VEREADOR	PARTIDO
01	REGINA BARATA	PT
02	VICTOR CUNHA	PTB
03	MARINOR BRITO	PT
04	EVERALDO MOREIRA	PSD
05	RAIMUNDO CASTRO	PDT
06	ORIVALDO PINHEIRO	PL
07	PAULO QUEIROZ	PSDB
08	ARNALDO JORDY	PPS
09	JOAQUIM PASSARINHO	PPB
10	HENRIQUE SOARES JR	PSDB

Fonte: Diário Oficial da Câmara Municipal dos anos 1989 a 2008

Quadro 9-2004 - 2008

Nº	VEREADOR	PARTIDO
01	MOACIR IRAM MORAES	PSB
02	SALMA NASSAR	PTB
03	VICTOR CUNHA	PTB
04	WANDERLAN QUARESMA	PMDB
05	ALFREDO COSTA	PRTB
06	PAULO FONTELEA	PRTB
07	MARIO CORREA	PR
08	EVERALDO MOREIRA	PRTB
09	ALFREDO FONTENELLES	PT
10	CARLOS AUGUSTO BARBOSA	DEM
11	ORIVALDO PINHEIRO	PR
12	CARLOS AUGUSTO BARBOSA	PSC

Fonte: Diário Oficial da Câmara Municipal dos anos 1989 a 2008

ANEXO B - ESTRUTURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

O Parlamento Municipal segue o modelo das mais importantes democracias do mundo. A Constituição Brasileira de 1988, no seu artigo 44, estabelece que o Poder Legislativo seja exercido pelo Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal no âmbito Federal e nos Estados e Municípios, pelas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais respectivamente.

Neste trabalho se focaliza a ação parlamentar, tendo como cenário principal a Câmara dos Vereadores do Município de Belém. Dentro do processo legislativo, há questões em que a Câmara é autônoma, especialmente quando se trata de seus membros, de acordo com o seu regimento interno, como é o caso de cassação de mandato, e o afastamento do Prefeito Municipal. A Câmara dos Vereadores de Belém é composta por 35 Vereadores, provenientes das representatividades dos respectivos Partidos Políticos. A Câmara Federal representaria o povo, em tese também, no âmbito municipal, a Câmara teria a mesma função que a Câmara dos Deputados.

Para os autores, a representação legislativa, apresenta equívoco nesta tese, alega-se que, ao se elegerem em bancadas estaduais, e federais, os deputados se tornam representantes também das unidades da federação, no plano nacional. No plano municipal, caberia a representatividade, aos vereadores. Em seguida, o autor faz uma análise do percentual de representatividade por federação. Nesse sentido, é possível também afirmar que as Câmaras Municipais no processo de quantitativo populacional, alteraram seu número de representante por município. No caso de Belém, eram 27, passou para 35 e, nas próximas eleições (2012), serão 37.

Os vereadores evangélicos que compõem o quadro na composição da Câmara Municipal, estão distribuídos nos seguinte partidos³ PSL – o Pr. Raul Batista, no PSDB, o Paulo Queiroz, o vereador Nehemias Valentin, e o Bispo Rocha, no PPS o vereador Orivaldo Pinheiro. Obs. O vereador Orivaldo Pinheiro não se reelegeu em 2008 e o Vereador Iran Moraes

a) Cargos importantes na estrutura da Casa: Gera maior visibilidade

Para os que buscam publicidade, umas das atividades defendidas por Mayhew, ocupar cargos dentro da estrutura seja no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, é um dos instrumentos mais eficazes, a visibilidade do Líder partidário é

grande, bem como a dos integrantes da Mesa Diretora, Presidentes de Comissões Permanentes. Dentre os cinco parlamentares evangélicos com maior número de reeleições, apenas um, o Vereador Paulo Alberto Santos Queiroz, ocupou diversas comissões, permitindo, na mídia, uma visibilidade que redundou em dividendos eleitorais.

b) Mesa Diretora

Na estrutura da Câmara situa-se primeiramente a Mesa Diretora, órgão que comanda os trabalhos legislativos e os serviços administrativos. Compõe-se de presidência, duas vice-presidências e quatro secretarias, bem como quatro suplentes, observando-se, tanto quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária, ao contrário do que ocorre no parlamento americano, onde o partido que controla a Casa também controla as comissões. Os membros da Mesa Diretora são eleitos a cada dois anos, no primeiro e terceiro anos de cada legislatura, em votação secreta.

Segundo o Art. 10. Do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belém, a Mesa da Câmara compete à direção de todos os seus trabalhos legislativos. No Parágrafo 1º. É competência dela de Dirigindo os trabalho legislativos ou representando a Câmara externamente, funcionará sob a denominação de Mesa Diretora. § 2º. A Mesa compõe-se de Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes, 1º, 2º, 3º e 4º Secretário (a)s(as), obedecendo ao regime o partidário.

O Presidente tem vantagens inerentes ao cargo que ocupa. Ajuda de custo, Gabinete Parlamentar mais amplo; motorista com carro oficial cota de serviços como passagens aéreas para representar a Câmara Municipal, cota postal e telefônica.

Quanto os demais cargos, não há, conforme o Regimento interno ajuda de custo, exceto quando em viagem a serviço da Câmara Municipal, o vereador recebe diárias. No gabinete parlamentar a cota é de R\$ 13.000,00 (Treze mil Reais) para custeio, como pagamento de assessoria, alimentação e passagens. Não há para todos os vereadores, verba indenizatória. Há cotas de serviços. Telefônica de R\$ 200,00 (Duzentos reais) e 600 minutos de impulsos no celular. A remuneração mensal de um vereador de Belém é de aproximadamente R\$ 9.500,00 (Nove Mil e quinhentos Reais). Não há subsídio variável e nem adicional.

Os trabalhos produzidos de gráficas, são de inteira responsabilidade do Parlamentar e os mesmos, se quiserem material para divulgar seu trabalho parlamentar,

contratam gráficas e mandam fazer sua produção. Os materiais de expediente dos gabinetes estão incluídos na verba de gabinete.

Art. 11. Compete à Comissão Executiva da Câmara Municipal de Belém, constituída pelo (a) Presidente, 1º e 2º (Numa preposição de Emenda ao Regimento interno, o Vereador José Scaff, incluiu mais dois cargos, o de 3º e 4ª secretários com a função de substituir os demais em suas ausências ou impedimentos). **Os Vice-presidentes** têm suas atribuições regidas pelo presente regimento como função substitutiva do presidente da casa. Os vice-presidentes são substitutos pela ordem hierárquica do presidente nos seus impedimentos legais ou ausências justificadas. **Secretários (as)**, além das outras atribuições consignadas em outras disposições regimentais: praticar atos de execução das deliberações de Plenário, na forma deste Regimento; elaborar e expedir, mediante ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara Municipal, como alterá-la, quando necessário; - propor projetos de resolução que criem ou extingam cargos dos serviços da Câmara Municipal e fixar os respectivos vencimentos; colocar à disposição de órgãos e entidades, mediante requisição, funcionários(as) da Câmara Municipal, com ou sem ônus, salvo para a Justiça. Essas são funções dos secretários acrescidos com a atuação dos demais secretários.

1º Secretário (a). Suas atribuições são substituir os membros da Mesa Diretora em suas faltas ou impedimentos, na ordem hierárquica. Proceder a chamada dos Vereadores e Vereadoras e assinar a ata depois do Presidente. Ler toda a matéria referente às sessões legislativas, verificar a votação e informar ao Presidente o resultado da contagem. Assinar resoluções e decretos legislativos da Câmara ou da Comissão Executiva depois do Presidente. Publicar as atas das sessões, receber requerimento e representações.

2º Secretário (a). São suas atribuições: substituir o 1º secretário (a) nos seus impedimentos legais, ausências, fiscalizar a elaboração da ata, assinar a ata após o Primeiro Secretário(a). Assinar resoluções e decretos legislativos após o primeiro secretário.

Organizar os anais da casa. 3º e 4ª Secretários (as). Suas atribuições são substituir os primeiros e segundos secretários. Na estrutura diretiva da Câmara Municipal vê-se a diferença de atuação da Mesa Diretora em relação à Câmara Federal e às Assembleias Legislativas.

c) **Liderança Partidária:** Figura importante dentro da estrutura política na Câmara é o líder partidário, que detém, entre suas funções, a de auxiliar a Presidência na elaboração de pauta. (art. 17, inciso I,s, RI). O Colégio de Líderes é composto pelos Líderes da Maioria, da Minoria, dos Partidos, dos Blocos Parlamentares e do Governo. Estes dois últimos têm direito à voz, mas não a voto (art. 20, § 1º, RI).

O líder é quem indica os representantes de seu partido nas comissões, podendo a qualquer momento, substituí-los; também orienta os parlamentares nas votações no Plenário. Daí decorre a sua importância dentro da estrutura do Parlamento.

O líder, frequentemente, tem mais projeção na mídia que os demais parlamentares de seu partido, ao se posicionar para orientar a bancada, por exemplo; nos bastidores, exerce liderança e detém o controle sobre os cargos de confiança disponíveis no quadro funcional da Casa, tendo a prerrogativa de indicar os ocupantes dos cargos na liderança.

Os líderes possuem espaço próprio onde funcionam suas lideranças. Os gabinetes

têm à sua disposição cotas de Correio, telefone e um quadro de funcionários para o seu funcionamento. A estrutura é proporcional ao número de parlamentares da bancada. Outro papel fundamental exercido pelos líderes é a sua atuação junto ao Poder Executivo. É o líder quem possui melhor trânsito junto aos diversos órgãos e secretarias municipais, para reivindicar os pleitos apresentados pelos seus pares. Trata-se de viabilizar recursos para execução de obras no Município e no bairro de cada parlamentar.
